

Relatório e Contas Consolidadas

9M11



0. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom.....	2
1. Resultados Consolidados.....	3
2. Optimus.....	5
2.1. Negócio Móvel da Optimus.....	5
2.1.1. Indicadores Operacionais.....	6
2.1.2. Indicadores Financeiros.....	6
2.2. Negócio Fixo da Optimus.....	7
2.2.1. Indicadores Operacionais.....	7
2.2.2. Indicadores Financeiros.....	8
3. Software e Sistemas de Informação (SSI).....	9
3.1. Indicadores Operacionais.....	9
3.2. Indicadores Financeiros.....	10
4. <i>Online e Media</i>	11
5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios.....	12
6. Principais Desenvolvimentos Corporativos.....	13
7. Apresentação Resultados 9M11 - Anexo.....	14
8. Informação Financeira.....	19
8.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS.....	19
8.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	27
8.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS.....	75
8.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	82

Nota: A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Destaques

- Volume de Negócios a atingir 650,3 milhões de euros
- EBITDA a evoluir para 164,0 milhões de euros
- EBITDA-Capex Operacional de 98,2 milhões de euros
- Resultado Líquido de 57,1 milhões de euros
- FCF a alcançar 43,6 milhões de euros (28,6 milhões de euros incluindo a operação de securitização)
- Dívida Líquida/EBITDA a progredir para 1,3x

“O esforço colectivo da equipa da Sonaecom voltou a ser recompensado neste terceiro trimestre com um notável conjunto de resultados, em que se destaca o EBITDA alcançado pela Optimus, em claro contraste com as tendências verificadas no sector das telecomunicações em Portugal.

Foi também possível reforçar significativamente a estrutura de capitais permanentes da Sonaecom com uma emissão de Obrigações de 100 milhões de euros, totalmente subscrita por bancos internacionais, e que nos deixa em boa posição para enfrentar os exigentes desafios que nos esperam.”

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

O nosso negócio

De trimestre em trimestre, temos vindo a aumentar a rentabilidade da nossa operação. Neste contexto, o desempenho das receitas, combinado com o programa de eficiência em curso, traduziu-se num crescimento robusto do EBITDA de 10,1% face aos primeiros nove meses de 2010. A gestão rigorosa dos nossos investimentos contribuiu para melhorar o nível de EBITDA-Capex Operacional em 58,9%, para 98,2 milhões de euros. A geração de Cash flow ascendeu a 28,6 milhões de euros, uma concretização ainda mais assinalável se excluirmos o *outflow* de 15 milhões de euros do período, relacionado com a operação de securitização. Por fim, o Resultado Líquido da Sonaecom alcançou 57,1 milhões de euros, 92,1% acima do valor registado no período homólogo de 2010.

No negócio Móvel da Optimus, continuámos a aumentar a nossa base de clientes, crescendo 2,8% face ao ano anterior. Apesar do final do programa e-iniciativas e do ambiente geral de contenção no consumo, imposto pelas medidas de austeridade, alcançámos, neste último trimestre, um nível positivo de adições líquidas, superando largamente o nível negativo registado durante o segundo trimestre do ano. A comprovar a resiliência da nossa operação, as Receitas de Clientes aumentaram 1,9% entre os 9M10 e os 9M11 o que, em conjunto com o nosso programa de eficiência, permitiu atingir um EBITDA de 154,9 milhões de euros, 8,7% acima do ano passado e uma margem EBITDA de 36,0%, 3,7pp acima dos 9M10.

No negócio Fixo da Optimus, o nosso posicionamento no segmento empresarial como operador integrado e convergente continuou a gerar resultados, permitindo-nos aumentar o número de acessos no período em 6,2%. No final do trimestre, foi possível alcançar um nível positivo de EBITDA-Capex Operacional, consequência de um maior nível de EBITDA e um menor nível de Capex – uma concretização do nosso enfoque em equilibrar a rentabilidade do negócio Fixo.

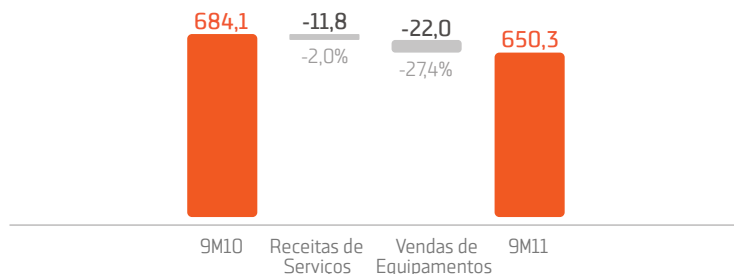
Na SSI, as Receitas de Serviços aumentaram nos primeiros nove meses de 2011 cerca de 5,6%, não superando, no entanto, a queda nas Vendas de Equipamento causada pelo final do programa e-iniciativas e pelo ambiente macroeconómico.

Graças principalmente a um contrato estabelecido durante o 3T11, o nível de encomendas internacionais da WeDo aumentou 27% quando comparado com o ano anterior, constituindo um bom indicador da actividade futura no segmento de *business assurance*.

1. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

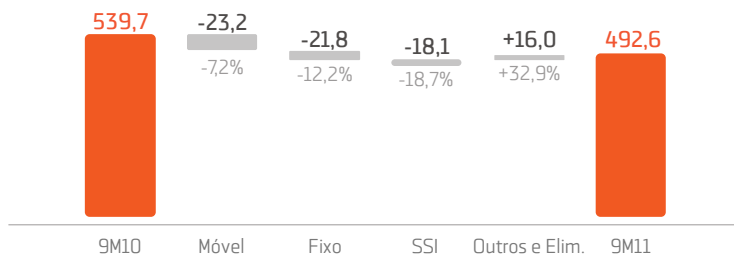
O Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 650,3 milhões de euros nos 9M11, diminuindo 4,9% face ao período homólogo de 2010. Esta evolução foi motivada pela redução de 27,4% no nível de Vendas de Equipamentos e pela redução de 7,0% no nível de Receitas de Operadores da Optimus, em resultado de menores tarifas de terminação móvel e tarifas reguladas de *roaming-in*, não compensadas pelo aumento de 1,9% nas Receitas de Clientes no Móvel e pelo aumento de 5,6% nas Receitas de Serviços na SSI. Tal como mencionado no trimestre anterior, a queda registada no nível das Vendas de Equipamentos deve-se, principalmente, ao término do programa Governamental e-iniciativas, uma queda já esperada pela Sonaecom.



Custos Operacionais

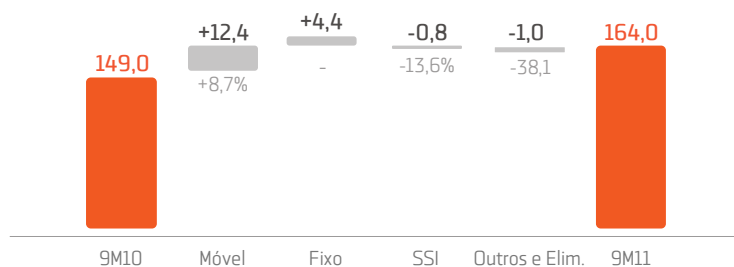
A Optimus tem vindo a operar uma considerável optimização de custos, suportada por um plano de eficiência transversal a toda a Empresa implementado nas várias unidades de negócio, passando pelas áreas de serviço ao cliente, rede e IT. Todas as rubricas de custos, com excepção da rubrica de provisões, diminuíram face ao período homólogo. Por conseguinte, o nível dos Custos Operacionais diminuiu 8,7% entre os 9M10 e os 9M11, para 492,6 milhões de euros. Consequentemente, os Custos Operacionais representam cerca de 75,7% do Volume de Negócios Consolidado.

É de notar que entre os 9M10 e os 9M11, os Custos Operacionais, excluindo Provisões, como percentagem do Volume de Negócios, diminuíram 4,1pp.



EBITDA

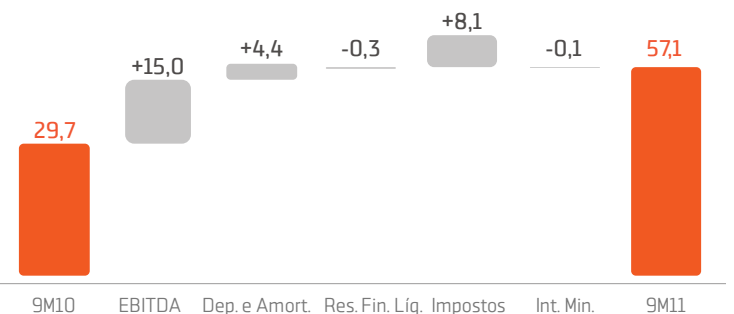
O EBITDA consolidado atingiu os 164,0 milhões de euros, aumentando 10,1% face ao período homólogo de 2010. Em resultado da performance ao nível do Volume de Negócios e dos custos, a margem EBITDA atingiu os 25,2%, 3,4pp acima dos 9M10. Esta evolução deve-se aos resultados positivos alcançados com o plano de eficiência da Optimus e à tendência positiva nas Receitas de Clientes do Móvel. É ainda de notar que a margem EBITDA do negócio Móvel atingiu os 36,0% nos 9M11, progredindo 3,7pp face aos 9M10, apesar do cenário macroeconómico negativo.



Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao grupo ascendeu a 57,1 milhões de euros, aproximadamente o dobro quando comparado com o alcançado nos 9M10, suportado por uma melhoria do EBITDA, pelo reconhecimento de impostos diferidos activos adicionais, devido à performance do Grupo ao nível dos Resultados antes de Impostos, e, finalmente, por uma diminuição dos encargos com Amortizações e Depreciações.

Os Resultados Financeiros Líquidos diminuíram 5,2%, para os 6,8 milhões de euros negativos. Apesar da evolução positiva registada no 3T11, o nível médio de dívida líquida foi maior nos 9M11 quando comparado com o mesmo período de 2010. Este efeito, aliado a um maior custo médio da dívida nos 9M11, explica o desempenho negativo ao nível dos resultados financeiros líquidos.



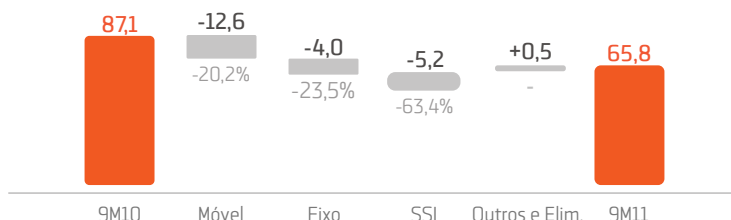
A rubrica de impostos apresentou, nos 9M11, um custo de 6,3 milhões de euros, o que compara com os 14,4 milhões de euros no mesmo período de 2010. Esta evolução deve-se, como já referido, ao reconhecimento de impostos diferidos activos adicionais, não obstante o aumento do nível de resultados antes de impostos.

Capex Operacional

Nos 9M11, o Capex Operacional atingiu os 65,8 milhões de euros, diminuindo 24,5% quando comparado com o mesmo período de 2010, em resultado da nossa rigorosa gestão do Capex, continuando a assegurar uma infra-estrutura tecnológica de vanguarda.

Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do Capex, o Capex Operacional como percentagem do Volume de Negócios diminuiu de 12,7% para 10,1%.

O EBITDA-Capex Operacional ascendeu a 98,2 milhões de euros, um aumento de aproximadamente 60% quando comparado com o mesmo período de 2010.



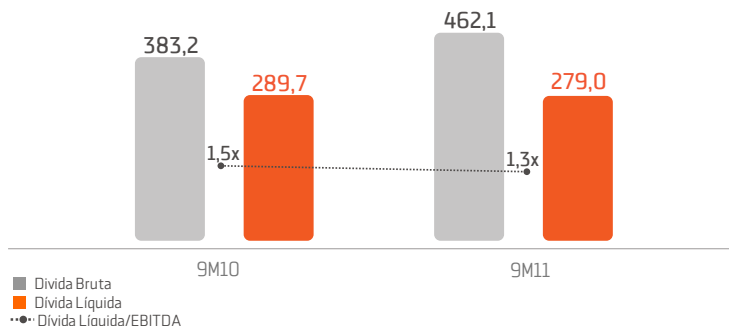
Estrutura de Capital

Apesar da incerteza existente nos mercados financeiros, a confortável estrutura de capital da Sonaecom foi reforçada com a emissão de um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, no mês de Setembro, com três bancos internacionais. A Dívida Líquida Consolidada atingiu os 279,0 milhões de euros, diminuindo 3,7% face ao mesmo período de 2010. Em resultado de uma melhoria ao nível do EBITDA e um menor nível de Dívida Líquida, o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA progrediu para os 1,3x, face aos 1,5x registados nos 9M10.

As linhas de crédito disponíveis ascendem a 544

milhões de euros. Nos primeiros nove meses de 2011, o custo médio *all-in* da dívida foi de 2,85%.

Com a emissão adicional do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, além de uma maior diversificação das fontes de financiamento e de um aumento da maturidade média da dívida, a Sonaecom antecipou fundos para fazer face às suas necessidades de refinanciamento previstas para 2012.



FCF

O FCF atingiu 43,6 milhões de euros nos 9M11, excluindo o pagamento de 15 milhões de euros associado à operação de securitização, em resultado da nossa melhoria ao nível do EBITDA-CAPEX Operacional, reflexo de um crescimento do EBITDA e de uma rigorosa gestão do CAPEX. Com o impacto da securitização, o FCF consolidado ascendeu a 28,6 milhões de euros, mais do que triplicando face aos 9,4 milhões de euros gerados nos 9M10, e superando os 10,6 milhões de euros alcançados em todo o ano de 2010.

2. Optimus



- EBITDA da Optimus a crescer para 57,3 milhões de euros, +17,5% face ao 3T10
- Base de subscritores do Móvel de 3,64 milhões de clientes, mais 2,8% que no ano anterior
- Margem EBITDA da Optimus de 36,1% no 3T11, +4,6pp face ao período homólogo de 2010
- Receitas de Clientes do Móvel a aumentar para 122,0 milhões de euros, +2,6% em relação ao 3T10
- Receitas de Dados a representar 33,0% das Receitas de Serviços do Móvel no 3T11, +2,7pp face ao 3T10

A eficiência na base de uma rentabilidade de referência

Como reflexo de uma operação cada vez mais otimizada, o EBITDA da Optimus atingiu, no 3T11, 57,3 milhões de euros, um aumento assinalável de 17,5% face ao 3T10. A margem EBITDA, por sua vez, atingiu 29,1% no 3T11, mais 4,7pp em relação ao 3T10.

De forma consistente, a Optimus tem vindo a melhorar o seu desempenho, devido ao seu posicionamento integrado no segmento empresarial, onde tem aumentado não só o número de acessos mas também a penetração das ofertas convergentes, e devido aos sucessos alcançados pelo Optimus Kanguru no segmento de retalho, a liderar a banda larga móvel e mitigando os impactos causados pelo fim do programa e-iniciativas.

Finalmente, estamos convictos de que o posicionamento da Optimus, como operador inovador que prioriza continuamente a qualidade de serviço, constitui a base para o sucesso no mercado em que opera.

2.1. Negócio Móvel da Optimus

O negócio Móvel tem vindo a apresentar um sólido desempenho, crescendo nas quotas de mercado de Receitas de Serviços e de EBITDA mais do que na quota de clientes. Um dos pilares deste desempenho relaciona-se com o modo inovador como a Optimus lidera a exploração de oportunidades emergentes, especialmente no espaço da banda larga móvel, através da sua infra-estrutura avançada e da vasta oferta de *smartphones*.

Totalmente em linha com a estratégia da Optimus, é cada vez mais evidente o papel da tecnologia no poder crescente oferecido a cada pessoa através do seu telemóvel. A venda de *smartphones* e *tablets* já ultrapassa a venda de PCs e os *smartphones* já ultrapassam os telemóveis (*feature phones*), na Europa Ocidental. É de realçar que, mesmo com o crescimento evidenciado, a utilização móvel tem ainda um enorme potencial de crescimento. Num círculo virtuoso, a inovação vai continuar a explorar os benefícios do *real time* e da localização, permitindo novas aplicações, que vão desde os pagamentos electrónicos até às redes sociais.

2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Clientes (EoP) ('000)	3.541,1	3.638,6	2,8%	3.586,4	1,5%	3.541,1	3.638,6	2,8%
Novos Clientes ('000)	71,8	52,2	-27,3%	-19,4	-	108,5	34,5	-68,2%
Dados como % Receitas de Serviço	30,3%	33,0%	2,7pp	32,8%	0,3pp	30,0%	32,4%	2,3pp
Total #SMS/mês/Cliente	46,4	42,2	-9,0%	42,8	-1,3%	47,6	42,4	-10,9%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	132,6	125,9	-5,1%	127,1	-0,9%	134,0	126,2	-5,8%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	13,9	13,5	-3,1%	13,0	3,8%	13,8	13,0	-5,5%
Cliente	11,5	11,6	0,8%	11,3	3,0%	11,5	11,3	-1,7%
Interligação	2,4	1,9	-22,0%	1,7	9,4%	2,3	1,7	-24,6%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,10	0,11	2,1%	0,10	4,8%	0,10	0,10	0,3%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

A base de clientes Móvel da Optimus aumentou para 3,64 milhões de subscritores, melhorando 2,8% face ao período homólogo do ano anterior. É de referir que o nível de adições líquidas ascendeu a 52,2 milhares, devido, essencialmente, ao segmento residencial móvel, superando largamente o nível negativo registado no 2T11. Consequentemente, o nível de adições líquidas dos primeiros nove meses de 2011 totalizou 34,5 milhares de clientes. O número de clientes pós-pagos continuou a crescer, alcançando 33,7% da base Móvel, um aumento de 0,6pp face ao período homólogo de 2010.

A receita média por cliente ("ARPU") foi de 13,0 euros, menos 0,8 euros face aos primeiros nove meses de 2010. Esta evolução deve-se a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 2,3 euros para 1,7 euros, e menor facturação média por cliente, que diminuiu de 11,5 euros para 11,3 euros. É de assinalar que a evolução anual da facturação média por cliente tem vindo a melhorar. Os minutos de utilização por cliente por mês diminuíram para 126 minutos, um declínio associado à conjuntura de menor confiança por parte dos consumidores, mas sem expressão directa nas Receitas de Clientes no Móvel, dado o peso de pacotes de minutos e SMS na oferta pré-paga e pós-paga da Optimus.

Dados e Banda Larga Móvel

Nos primeiros nove meses de 2011, as Receitas de Dados representaram 32,4% das receitas de Serviços, aumentando 2,3pp face ao mesmo período de 2010, um resultado totalmente em linha com a actual tendência de utilização de dados. As Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) continuaram a aumentar o seu peso no total de Receitas de Dados, mesmo considerando o impacto do final do programa e-iniciativas. No final dos 9M11, estas representavam 76,3% do total de Receitas de Dados, em comparação com 75,4%, nos 9M10.

2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	152,7	149,8	-1,9%	142,9	4,8%	440,8	430,2	-2,4%
Receitas de Serviço	143,6	141,7	-1,4%	136,1	4,1%	419,9	411,1	-2,1%
Receitas de Clientes	118,9	122,0	2,6%	118,2	3,3%	349,3	355,9	1,9%
Receitas de Operadores	24,7	19,6	-20,6%	17,9	9,6%	70,6	55,2	-21,9%
Vendas de Equipamento	9,1	8,2	-10,1%	6,9	19,2%	20,9	19,1	-8,6%
Outras Receitas	7,7	7,2	-6,6%	8,3	-13,6%	24,3	24,2	-0,4%
Custos Operacionais	112,3	102,9	-8,3%	98,3	4,7%	322,6	299,4	-7,2%
Custos com Pessoal	13,3	12,8	-3,9%	12,5	2,7%	39,5	38,6	-2,3%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	43,2	32,3	-25,1%	33,8	-4,2%	130,2	102,3	-21,4%
Custos Comerciais ⁽²⁾	28,6	29,8	4,3%	24,3	22,9%	73,7	75,4	2,3%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	27,2	28,0	2,9%	27,8	0,7%	79,1	83,0	5,0%
EBITDA	48,1	54,1	12,3%	52,9	2,1%	142,5	154,9	8,7%
Margem EBITDA (%)	31,5%	36,1%	4,6pp	37,0%	-1,0pp	32,3%	36,0%	3,7pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	25,0	19,0	-24,1%	18,4	2,9%	62,6	50,0	-20,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	16,4%	12,7%	-3,7pp	12,9%	-0,2pp	14,2%	11,6%	-2,6pp
EBITDA - CAPEX Operacional	23,1	35,1	51,7%	34,5	1,7%	79,9	104,9	31,4%
CAPEX Total	25,1	19,0	-24,3%	18,5	3,1%	63,1	50,1	-20,5%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

As Receitas de Clientes do negócio Móvel mantiveram a tendência de crescimento dos trimestres passados, atingindo 355,9 milhões de euros e crescendo 1,9% face aos 9M10. Apesar desta evolução positiva, as Receitas diminuíram 2,4% face ao ano anterior, para 430,2 milhões de euros, devido, essencialmente, a um declínio nas Receitas de Operadores, fruto do impacto causado pela redução de tarifas reguladas: tarifas de terminação móvel e *roaming In*.

Custos Operacionais

Em resultado do programa de eficiência da Optimus, com vista a criar uma organização mais eficiente, o total de Custos Operacionais diminuiu 7,2% face ao ano anterior, para 299,4 milhões de euros, quase totalmente motivado por uma diminuição de 21,4% no nível de Custos Directos de Serviços Prestados, beneficiando não só de um menor nível de circuitos alugados e custos relacionados de rede, mas também de menores custos de Interligação, devido à redução das Tarifas de Terminação Móvel, ocorrida no período em análise.

Para suportar um maior nível de actividade comercial e também o crescimento da base de clientes, o nível de custos comerciais aumentou 2,3% nos primeiros nove meses de 2011. Esta evolução foi impulsionada por um maior nível de comissões, fruto de um maior nível de actividade nos segmentos empresarial e de banda larga móvel e, ainda, por maiores custos de marketing no 3T11, quando comparado com o 3T10. O nível de Outros Custos Operacionais aumentou 5,0% face ao ano anterior, devido unicamente a um maior nível de Provisões, que supera as reduções alcançadas pelo

plano de eficiência operacional em termos de outsourcing, relacionados com o call centre, custos de IT, e, ainda, um menor volume de despesas gerais e administrativas. Entre os 9M10 e os 9M11, o nível de Provisões aumentou de 1,8 milhões de euros, um nível consideravelmente baixo, para 12,4 milhões de euros.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou de 48,1 milhões de euros, no 3T10, para 54,1 milhões de euros, no 3T11, registando um crescimento assinalável de 12,3%. Em termos cumulativos, o EBITDA aumentou 8,7% face aos 9M10, para 154,9 milhões de euros, devido a um aumento de 1,9% nas Receitas de Clientes no Móvel e, sobretudo, devido a uma diminuição de 7,2% no nível de Custos Operacionais.

A margem EBITDA ascendeu a 36,0% nos 9M11, comparativamente com 32,3% nos 9M10. Esta evolução positiva é ainda mais significativa quando analisada trimestralmente, com uma evolução de 31,5% para 36,1%, no 3T11, aumentando 4,6pp, um resultado em contra ciclo face ao ambiente macroeconómico e ao comportamento do mercado.

A comprovar a eficiência operacional do nosso negócio, é de assinalar que o EBITDA-Capex Operacional do negócio Móvel cresceu mais de 50% face ao terceiro trimestre de 2010, para 35,1 milhões de euros. Quanto ao desempenho nos primeiros nove meses do ano, o nível de EBITDA-Capex Operacional aumentou de 79,9 milhões de euros, nos 9M10, para 104,9 milhões de euros, nos 9M11, crescendo 31,4%.

2.2. Negócio Fixo da Optimus

No segmento de Corporate e PMEs, central na estratégia do negócio Fixo, continuámos a alavancar o nosso crescimento através da disponibilização de soluções convergentes. De forma a entregar uma oferta totalmente integrada, a infra-estrutura de rede convergente, a marca forte, a abordagem comercial unificada e, ainda, o *backoffice* integrado, têm sido o melhor modo de endereçar e antecipar as exigências dos clientes do segmento empresarial.

No segmento Residencial, continuamos a focar-nos em criar valor na nossa base de clientes FTTH, enquanto procuramos alavancar a nossa infra-estrutura através de parcerias. Durante o 3T11, em resultado da parceria estabelecida com a Vodafone, a Optimus alcançou uma cobertura de mais de 400 mil casas passadas com FTTH.

2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Total de Acessos	436.060	383.568	-12,0%	388.915	-1,4%	436.060	383.568	-12,0%
Acessos Directos	362.682	313.725	-13,5%	318.414	-1,5%	362.682	313.725	-13,5%
Voz	194.161	166.760	-14,1%	169.839	-1,8%	194.161	166.760	-14,1%
Internet de Banda Larga	114.432	80.821	-29,4%	87.164	-7,3%	114.432	80.821	-29,4%
Outros	54.089	66.144	22,3%	61.411	7,7%	54.089	66.144	22,3%
Acessos Indirectos	73.378	69.843	-4,8%	70.501	-0,9%	73.378	69.843	-4,8%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	204	206	1,0%	206	0,0%	204	206	1,0%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	182	182	0,0%	182	0,0%	182	182	0,0%
Acessos Directos em % Receitas Clientes ⁽¹⁾	78,5%	79,3%	0,8pp	78,4%	0,9pp	78,7%	78,8%	0,1pp
Receita Média por Acesso - Retalho	23,8	22,5	-5,3%	23,8	-5,5%	23,6	23,5	-0,3%

(1) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos sofreu alterações entre o 4T09 e o 3T10.

Base de Clientes

No segmento de Corporate e PMEs, o número de acessos evoluiu de 149 mil para 158 mil, aumentando 6,2% entre os 9M10 e os 9M11.

No entanto, o número total de acessos diminuiu 12,0% face aos primeiros nove meses de 2010, para 384 mil acessos, devido unicamente ao negócio Fixo Residencial. Esta quebra deveu-se a uma diminuição de 13,5% no nível de Acessos Directos, influenciada pela decisão de abandonar a aquisição de clientes no segmento Residencial através da infra-estrutura de cobre do operador incumbente, e a uma redução de 4,8% no número de Acessos Indirectos. É de notar que o ritmo de perda no número total de Acessos tem vindo a diminuir desde o início de 2009.

2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	60,4	56,6	-6,4%	52,2	8,3%	180,7	163,5	-9,5%
Receitas de Serviço	60,4	55,4	-8,3%	52,1	6,3%	180,4	162,1	-10,1%
Receitas de Clientes	30,8	24,7	-19,9%	26,6	-7,3%	93,5	79,1	-15,4%
Receitas de Acesso Directo ⁽¹⁾	24,2	19,6	-19,1%	20,9	-6,3%	73,6	62,3	-15,3%
Receitas de Acesso Indirecto	6,5	5,0	-23,8%	5,6	-11,4%	19,5	16,3	-16,6%
Outros ⁽¹⁾	0,1	0,2	27,2%	0,1	5,3%	0,4	0,5	24,9%
Receitas de Operadores	29,6	30,7	3,8%	25,4	20,5%	86,9	83,0	-4,4%
Vendas de Equipamento	0,0	1,2	-	0,1	-	0,3	1,4	-
Outras Receitas	0,3	0,3	-8,4%	0,3	-8,5%	0,9	0,7	-23,8%
Custos Operacionais	60,1	53,6	-10,8%	49,7	7,8%	178,3	156,6	-12,2%
Custos com Pessoal	0,9	0,6	-31,6%	0,7	-4,6%	2,8	2,0	-28,7%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽²⁾	39,7	40,1	0,9%	35,5	12,8%	117,8	113,1	-3,9%
Custos Comerciais ⁽³⁾	6,2	2,7	-56,5%	2,8	-5,7%	14,5	9,4	-35,0%
Outros Custos Operacionais ⁽⁴⁾	13,3	10,2	-23,3%	10,7	-4,4%	43,3	32,0	-25,9%
EBITDA	0,6	3,3	-	2,8	15,1%	3,2	7,6	135,2%
Margem EBITDA (%)	1,0%	5,7%	4,7pp	5,4%	0,3pp	1,8%	4,6%	2,9pp
CAPEX Operacional ⁽⁵⁾	5,3	2,9	-45,0%	5,4	-45,6%	17,0	13,0	-23,5%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	8,8%	5,2%	-3,6pp	10,3%	-5,1pp	9,4%	8,0%	-1,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-4,7	0,3	-	-2,6	-	-13,8	-5,4	60,6%
CAPEX Total	5,3	2,9	-45,0%	5,4	-45,6%	17,0	13,0	-23,5%

(1) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos e Outras Receitas de Clientes sofreram alterações entre o 4T09 e o 3T10; (2) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (3) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (4) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (5) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu 9,5% face ao ano anterior, para 163,5 milhões de euros, devido a uma redução de 15,4% no nível de Receitas de Clientes, para 79,1 milhões de euros, e a uma redução de 4,4% no nível de Receitas de Operadores, para 83,0 milhões de euros, esta última motivada maioritariamente pelos preços de tráfego de *wholesale*.

Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais do negócio Fixo diminuiu 12,2% face aos 9M10, para 156,6 milhões de euros. Os Custos Directos de Serviços Prestados diminuíram 3,9% face ao ano anterior, devido, maioritariamente, a uma redução no número de lacetes locais desagregados. Os Custos Comerciais diminuíram 35,0%, como resultado de menores Custos de Marketing e Vendas, em consequência da nossa recente decisão de abandonar a aquisição de clientes no segmento residencial através da infra-estrutura do operador incumbente. Os Custos com o Pessoal, em resultado do processo de optimização da unidade Fixa Residencial, diminuíram 28,7% face ao ano anterior. O nível de Outros Custos Operacionais diminuiu 25,9%, beneficiando de um menor nível de Provisões, que ascendeu, nos 9M11, a 4,3 milhões de euros. Nos 9M10, o valor das Provisões do negócio Fixo situou-se em 9,3 milhões de euros, um valor destinado, na altura, a reforçar o nível de Provisões para Cobranças Duvidosas.

EBITDA

Como resultado do nosso desempenho em termos de Receitas e Custos, o EBITDA dos primeiros nove meses de 2011 mais do que duplicou face ao ano anterior, alcançando 7,6 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou de 1,8% para 4,6%, progredindo 2,9pp.

Na sequência da nossa aposta em equilibrar a rentabilidade do negócio Fixo, alcançámos já um nível positivo de EBITDA-CAPEX Operacional durante o 3T11. Apesar de registar ainda um nível negativo nos primeiros nove meses de 2011, é de assinalar que este indicador evoluiu mais de 60% quando comparado com o período homólogo de 2010.

3. Software e Sistemas de Informação (SSI)



A divisão de Software e Sistemas de Informação inclui quatro empresas: WeDo Technologies (soluções de garantia de negócio, permitindo otimizar tanto o desempenho do negócio como os processos e sistemas de gestão de risco), Mainroad (IT Management, Segurança e Continuidade), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamentos de IT), e Saphety (focada em serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

A WeDo Technologies continua a aumentar a sua presença internacional e a reforçar a sua posição no mercado de *Business Assurance*, adquirindo novos clientes globais, alargando o seu portefólio com soluções de Fraude e expandindo a oferta a outros sectores.

Actualmente, a WeDo Technologies serve mais de 148 clientes em 78 países. As receitas internacionais dos primeiros nove meses de 2011 representaram 68,5% do Volume de Negócios e cresceram 2,9% face ao período homólogo. A actividade futura da WeDo beneficiará ainda do crescimento de 27,0% no nível de encomendas provenientes do mercado internacional. Esta evolução evidencia que o enfoque da empresa na expansão internacional continua a gerar resultados positivos.

3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000 euros)	33,4	32,7	-2,1%	32,7	0,0%	92,6	103,4	11,7%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	49,3%	35,1%	-14,3pp	22,1%	13,0pp	50,5%	35,8%	-14,7pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	663,0	384,0	-42,1%	202,8	89,4%	2.151,8	1.191,3	-44,6%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	3,4	2,9	-13,9%	2,5	16,2%	10,2	9,3	-8,9%
Colaboradores	556	569	2,3%	574	-0,9%	556	569	2,3%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

Nos 9M11, as Receitas de Serviço por colaborador atingiram os 103,4 mil euros, registando um aumento de 11,7% face aos 9M10, totalmente justificado pelo maior nível de Receitas de Serviço, uma vez que o número de colaboradores aumentou 2,3% para 569. Este aumento deveu-se à inclusão de colaboradores na Mainroad no âmbito de contratos de *full outsourcing* e ao aumento de actividade da WeDo Technologies.

As Vendas de Equipamento por colaborador diminuíram cerca de 44,6% face ao ano anterior. Devido, essencialmente, ao cancelamento do programa e-iniciativas, a venda de PC's diminuiu significativamente, criando um inevitável impacto negativo nos principais indicadores de desempenho do negócio da Bizdirect.

3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	34,9	27,4	-21,6%	23,0	19,3%	102,3	83,3	-18,6%
Receitas de Serviço	17,7	17,8	0,5%	17,9	-0,5%	50,7	53,5	5,6%
Vendas de Equipamento	17,2	9,6	-44,3%	5,1	89,4%	51,6	29,8	-42,3%
Outras Receitas	0,1	0,2	59,8%	0,1	44,5%	0,3	0,5	47,3%
Custos operacionais	33,2	25,9	-21,9%	21,6	19,7%	96,8	78,7	-18,7%
Custos com Pessoal	7,9	7,7	-3,4%	7,4	3,6%	22,9	22,6	-1,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	17,0	9,5	-44,1%	5,2	83,8%	51,1	29,7	-41,8%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,2	8,8	6,1%	9,1	-3,6%	22,8	26,3	15,4%
EBITDA	1,9	1,7	-11,9%	1,4	15,7%	5,8	5,0	-13,6%
Margem EBITDA (%)	5,4%	6,1%	0,7pp	6,3%	-0,2pp	5,7%	6,0%	0,3pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	1,6	1,1	-30,7%	1,0	16,3%	8,1	3,0	-63,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	4,7%	4,2%	-0,5pp	4,3%	-0,1pp	7,9%	3,6%	-4,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,3	0,5	110,9%	0,5	14,3%	-2,3	2,0	-
CAPEX Total	1,6	1,1	-30,7%	1,0	16,3%	8,1	3,0	-63,4%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI diminuiu 18,6%, face ao ano anterior, para os 83,3 milhões de euros. O aumento de 5,6% no nível de Receitas de Serviço não foi suficiente para compensar a queda de 42,3% nas Vendas de Equipamento, gerada maioritariamente pelo cancelamento do programa e-iniciativas.

Custos Operacionais

Face ao período homólogo de 2010, o total de Custos Operacionais da SSI diminuiu 18,7%, para os 78,7 milhões de euros. A diminuição de 41,8% no nível de Custos Comerciais é uma consequência directa do menor nível de Custo das Vendas, maioritariamente justificado pela diminuição das vendas de PC's no âmbito do programa e-iniciativas. O aumento nos Outros Custos Operacionais deve-se, essencialmente, a maiores custos com contratos de manutenção, aluguer de equipamentos e outros custos relacionados com contratos de *full outsourcing* celebrados pela WeDo Technologies e pela Mainroad.

EBITDA

Durante os 9M11, o EBITDA da SSI alcançou os 5,0 milhões de euros, representando uma diminuição de 13,6% face ao ano anterior. Esta diminuição é consequência de um menor nível de Receitas de Equipamento na Bizdirect e de uma maior base de Custos Operacionais, excluindo Custos das Vendas, não totalmente compensados pelo crescimento das Receitas de Serviço.

Como resultado da combinação de um maior nível de Receitas de Serviço e de um menor nível de Vendas de Equipamento, a margem EBITDA aumentou de 5,7% para 6,0%. No entanto, esta melhoria na margem tem sido condicionada pelo esforço de internacionalização da WeDo Technologies, com o objectivo de liderar o mercado de *Business Assurance* através da sua posição em *Revenue Assurance*.



4. *Online e Media*

O segmento de *Online e Media* da Sonaecom inclui um conjunto de negócios como o Miao.pt, o Público, um jornal de referência em Portugal, que já completou 21 anos de existência, e o Público.pt, sempre na vanguarda digital dos *Media* nacionais.

A dinâmica de Mercado do segmento de imprensa diária generalista está a atravessar um momento bastante negativo, quer em termos de circulação, quer ao nível da publicidade. No entanto, é de realçar que o Público, para o período dos 9M11, manteve o seu nível de audiência em cerca de 4,4%.

Em termos de indicadores financeiros, o nível consideravelmente mais baixo nas Receitas de Publicidade, fruto da deterioração do ambiente macroeconómico, tem tido um inevitável impacto no EBITDA do negócio de *Online e Media*. Nos 9M11, este indicador foi negativo em 2,4 milhões de euros, apresentando uma deterioração face aos 1,0 milhões de euros negativos registados nos 9M10.

5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 3T11

Desenvolvimentos Regulatórios ocorridos no 3T11

Novo regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas

A 13 de Setembro de 2011, o ICP-Anacom publicou a lei No. 51/2011, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas. Estas alterações transpõem para o quadro jurídico nacional, as directivas da União Europeia adoptadas em 2009.

Desenvolvimentos Regulatórios Subsequentes

Consulta pública sobre Tarifas de Terminação Móvel

O ICP-ANACOM colocou em consulta pública até 8 de Novembro, uma nova proposta para tarifas de terminação móvel. Esta proposta contempla ajustamentos trimestrais para as tarifas, a implementar a partir de 1 de Fevereiro de 2012, tal como indicado na tabela seguinte:

	Tarifa/€
1 Fev. 2012	0,0275
1 Maio 2012	0,0225
1 Ago. 2012	0,0175
1 Nov. 2012	0,0125

As novas tarifas são definidas com base num modelo de custeio LRIC ("Long Run Incremental Costs"), publicado em simultâneo com a proposta. Este modelo encontra-se em linha com as recomendações da Comissão Europeia para tarifas de terminação móvel.

Regulamento final do leilão de espectro

No dia 19 de Outubro de 2011, o ICP-Anacom publicou a decisão final relativa ao leilão de espectro. As alterações mais relevantes face ao projecto de decisão publicado anteriormente são as seguintes:

- Na banda dos 800MHz, os adquirentes de espectro poderão diferir um terço do investimento realizado por um período de cinco anos;
- Na banda dos 900MHz existirá um desconto de 25% para novos *players*;
- Os operadores que adquirirem espectro na banda dos 800MHz serão obrigados a garantir cobertura no prazo máximo de um ano a 80 municípios identificados como ainda não possuindo cobertura de banda larga.



6. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 3T11

Emissão de empréstimo obrigacionista

No dia 23 de Setembro de 2011, a Sonaecom anunciou a emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e por um período de 3,5 anos.

Com esta operação, a Sonaecom assegurou uma maior diversificação das fontes de financiamento, aumentando a maturidade média da dívida e antecipando fundos necessários para fazer face às necessidades de refinanciamento previstas para 2012.

7. Anexo

7.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de Euros	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	233,8	224,9	-3,8%	209,6	-	684,1	650,3	-4,9%
Móvel	152,7	149,8	-1,9%	142,9	-	440,8	430,2	-2,4%
Fixo	60,4	56,6	-6,4%	52,2	-	180,7	163,5	-9,5%
SSI	34,9	27,4	-21,6%	23,0	19,3%	102,3	83,3	-18,6%
Outros & Eliminações	-14,3	-8,9	37,9%	-8,5	-4,2%	-39,7	-26,6	32,9%
Outras Receitas	1,8	2,0	7,5%	2,0	0,2%	4,6	6,3	36,6%
Custos Operacionais	186,1	169,3	-9,0%	155,0	9,2%	539,7	492,6	-8,7%
Custos com Pessoal	25,1	23,8	-5,1%	22,9	3,8%	73,8	71,1	-3,8%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	69,8	63,2	-9,5%	60,1	5,1%	209,3	187,7	-10,3%
Custos Comerciais ⁽²⁾	52,3	43,5	-16,9%	33,1	31,5%	141,3	117,5	-16,8%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	38,9	38,9	-0,2%	38,9	-0,1%	115,3	116,3	0,8%
EBITDA	49,5	57,5	16,3%	56,5	1,8%	149,0	164,0	10,1%
Margem EBITDA (%)	21,2%	25,6%	4,4pp	27,0%	-1,4pp	21,8%	25,2%	3,4pp
Móvel	48,1	54,1	12,3%	52,9	2,1%	142,5	154,9	8,7%
Fixo	0,6	3,3	-	2,8	15,1%	3,2	7,6	135,2%
SSI	1,9	1,7	-11,9%	1,4	15,7%	5,8	5,0	-13,6%
Outros & Eliminações	-1,2	-1,5	-24,3%	-0,7	-116,2%	-2,5	-3,5	-38,1%
Depreciações e Amortizações	31,4	31,9	1,6%	31,7	0,6%	98,2	93,8	-4,5%
EBIT	18,1	25,7	41,6%	24,9	3,2%	50,8	70,3	38,3%
Resultados Financeiros	-2,8	-2,1	26,7%	-2,5	16,7%	-6,5	-6,8	-5,2%
Proveitos Financeiros	0,8	2,3	180,3%	1,7	39,4%	4,3	5,5	27,4%
Custos Financeiros	3,7	4,4	20,4%	4,2	5,8%	10,8	12,3	14,1%
EBT	15,3	23,6	54,2%	22,4	5,5%	44,3	63,4	43,2%
Resultado de Imposto	-5,2	1,6	-	-4,2	-	-14,4	-6,3	56,2%
Resultado Líquido	10,1	25,2	149,1%	18,2	38,6%	29,9	57,1	91,2%
Atribuível ao Grupo	10,1	25,2	149,9%	18,2	38,2%	29,7	57,1	92,1%
Atribuível a Interesses Minoritários	0,0	0,0	-47,7%	0,0	-	0,1	0,0	-92,3%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

7.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	3T10	3T11	Δ11/10	2T11	q.o.q	9M10	9M11	Δ11/10
BALANÇO CONSOLIDADO								
Total do Activo Líquido	1838,1	1.909,8	3,9%	1.835,5	4,0%	1.838,1	1.909,8	3,9%
Activos não Correntes	1485,4	1.468,4	-1,1%	1.475,4	-0,5%	1.485,4	1.468,4	-1,1%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	843,2	836,4	-0,8%	845,4	-1,1%	843,2	836,4	-0,8%
Goodwill	526,1	526,1	0,0%	526,1	0,0%	526,1	526,1	0,0%
Investimentos	1,2	0,2	-82,1%	0,2	1,7%	1,2	0,2	-82,1%
Impostos Diferidos Activos	114,7	105,4	-8,1%	103,5	1,9%	114,7	105,4	-8,1%
Outros	0,1	0,3	105,0%	0,3	0,0%	0,1	0,3	105,0%
Activos Correntes	352,7	441,4	25,2%	360,1	22,6%	352,7	441,4	25,2%
Clientes	134,3	133,2	-0,8%	109,5	21,6%	134,3	133,2	-0,8%
Liquidez	93,4	183,0	95,9%	126,1	45,1%	93,4	183,0	95,9%
Outros	125,0	125,2	0,2%	124,4	0,6%	125,0	125,2	0,2%
Capital Próprio	964,3	1.015,2	5,3%	989,4	2,6%	964,3	1.015,2	5,3%
Grupo	963,7	1.014,7	5,3%	988,9	2,6%	963,7	1.014,7	5,3%
Interesses Minoritários	0,6	0,5	-13,9%	0,5	5,3%	0,6	0,5	-13,9%
Total Passivo	873,8	894,6	2,4%	846,1	5,7%	873,8	894,6	2,4%
Passivo não Corrente	450,9	400,4	-11,2%	456,2	-12,2%	450,9	400,4	-11,2%
Empréstimos Bancários	339,4	319,1	-6,0%	370,2	-13,8%	339,4	319,1	-6,0%
Provisões para outros Riscos e Encargos	33,0	34,5	4,6%	34,2	1,0%	33,0	34,5	4,6%
Outros	78,4	46,8	-40,3%	51,7	-9,5%	78,4	46,8	-40,3%
Passivo Corrente	422,9	494,2	16,8%	390,0	26,7%	422,9	494,2	16,8%
Empréstimos Bancários	21,7	121,9	-	30,3	-	21,7	121,9	-
Fornecedores	159,8	155,8	-2,5%	143,7	8,4%	159,8	155,8	-2,5%
Outros	241,5	216,5	-10,4%	216,0	0,2%	241,5	216,5	-10,4%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	31,5	23,0	-27,0%	24,7	165,9%	87,1	65,8	-24,5%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	13,5%	10,2%	-3,3pp	11,8%	-1,7pp	12,7%	10,1%	-2,6pp
CAPEX Total	31,6	23,0	-27,2%	24,8	166,1%	87,5	65,9	-24,7%
EBITDA - CAPEX Operacional	18,0	34,5	92,1%	31,8	-	61,9	98,2	58,7%
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	13,1	23,1	75,8%	55,9	-4,0%	37,4	53,7	43,7%
FCF ⁽³⁾	3,8	16,7	-	47,1	-39,3%	9,4	28,6	-
Dívida Bruta	383,2	462,1	20,6%	421,2	9,7%	383,2	462,1	20,6%
Dívida Líquida	289,7	279,0	-3,7%	295,1	-5,4%	289,7	279,0	-3,7%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5 x	1,3 x	-0,2x	1,5 x	-0,1x	1,5 x	1,3 x	-0,2x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	14,7 x	15,0 x	0,3x	14,7 x	25,9%	14,7 x	15,0 x	0,3x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	28,4%	31,3%	2,8pp	29,9%	1,4pp	28,4%	31,3%	2,8pp
Excluindo a operação de Securitização:								
Dívida Líquida	353,9	323,6	-8,5%	344,6	-6,1%	353,9	323,6	-8,5%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,8 x	1,5 x	-0,2x	1,7 x	-0,2x	1,8 x	1,5 x	-0,2x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	14,7 x	15,0	25,9%	14,7 x	25,9%	14,7 x	15,0	25,9%

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

7.3. FCF da Sonaecom

Milhões de Euros

	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
EBITDA-CAPEX Operacional	18,0	34,5	92,1%	31,8	8,7%	61,9	98,2	58,7%
Variação de Fundo de Maneio	-8,3	-11,5	-39,3%	22,8	-	-28,6	-47,4	-65,8%
Items não monetários e Outros	3,4	0,1	-97,2%	1,3	-92,6%	4,0	2,8	-30,1%
Cash Flow Operacional	13,1	23,1	75,8%	55,9	-58,7%	37,4	53,7	43,7%
Pagamento de IVA não recorrente	0,0	0,0	-	37,8	-	0,0	0,0	-
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%	-15,0	-15,0	0,0%
Acções Próprias	0,0	0,0	-	0,0	-	-3,5	-2,2	36,4%
Resultados Financeiros	-3,0	-1,4	51,7%	-2,8	49,2%	-6,2	-6,2	-0,3%
Impostos	-1,3	0,0	100,0%	-1,0	100,0%	-3,2	-1,7	48,0%
FCF	3,8	16,7	-	47,1	-64,6%	9,4	28,6	-

Nota: O Cash Flow Operacional não inclui pagamentos de IVA não recorrentes.

7.4. Colaboradores

Sonaecom	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Total Colaboradores	2.070	2.054	-0,8%	2.066	-0,6%	2.070	2.054	-0,8%
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	139	142	2,2%	141	0,7%	139	142	2,2%
Telecomunicações	1.120	1.085	-3,1%	1.089	-0,4%	1.120	1.085	-3,1%
SSI	556	569	2,3%	574	-0,9%	556	569	2,3%
Online e Media	255	258	1,2%	262	-1,5%	255	258	1,2%

7.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros

OPTIMUS DEM RESULTADOS	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Volume de Negócios	200,0	197,2	-1,4%	186,2	5,9%	583,1	566,1	-2,9%
Receitas de Serviço	190,9	187,8	-1,6%	179,2	4,8%	561,9	545,7	-2,9%
Receitas de Clientes	149,4	146,3	-2,0%	144,4	1,3%	441,6	433,8	-1,8%
Receitas de Operadores	41,5	41,5	-0,1%	34,8	19,3%	120,4	111,9	-7,0%
Vendas de Equipamento	9,1	9,4	2,6%	7,0	33,8%	21,2	20,5	-3,3%
Outras Receitas	2,2	2,6	13,9%	2,9	-11,1%	6,1	8,6	42,3%
Custos Operacionais	153,5	142,4	-7,2%	133,3	6,8%	443,4	412,2	-7,0%
Custos com Pessoal	14,2	13,4	-5,7%	13,1	2,4%	42,3	40,6	-4,1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	69,8	63,0	-9,7%	60,0	5,0%	209,4	187,3	-10,6%
Custos Comerciais ⁽²⁾	34,7	32,5	-6,5%	27,1	19,8%	88,3	84,9	-3,9%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	34,7	33,5	-3,5%	33,0	1,4%	103,4	99,5	-3,8%
EBITDA	48,8	57,3	17,5%	55,8	2,8%	145,8	162,5	11,5%
margem EBITDA (%)	24,4%	29,1%	4,7pp	29,9%	-0,9pp	25,0%	28,7%	3,7pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	30,9	22,0	-28,6%	23,9	-7,9%	80,7	63,3	-21,5%
CAPEX Operacional como % do Volume de Negócios	15,4%	11,2%	-4,2pp	12,9%	-1,7pp	13,8%	11,2%	-2,7pp
EBITDA - CAPEX Operacional	17,9	35,3	96,7%	31,8	10,8%	65,1	99,2	52,4%
CAPEX Total	31,0	22,1	-28,7%	23,9	-7,7%	81,1	63,4	-21,8%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

7.6. Online e Media

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	35.129	34.362	-2,2%	32.967	4,2%	37.322	34.043	-8,8%
Quota Mercado de Publicidade (%)	9,0%	8,3%	-0,7pp	9,4%	-1,1pp	11,6%	10,7%	-0,9pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	n.a	n.a	-	5,5	-	4,4	4,4	0,0pp

(1) Valor estimado, atualizado no trimestre seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa (inquérito não realizado nos 3º trimestres de cada ano).

Milhões de Euros	3T10	3T11	Δ 11/10	2T11	q.o.q.	9M10	9M11	Δ 11/10
ONLINE E MEDIA - DEM. RES. CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	6,67	6,02	-9,8%	6,71	-10,3%	21,97	19,26	-12,3%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	2,45	2,05	-16,0%	2,90	-29,2%	8,94	7,60	-15,0%
Vendas de Jornais	2,80	2,85	1,6%	2,61	9,1%	8,05	7,88	-2,1%
Vendas de Papel	0,46	0,37	-19,0%	0,38	-3,1%	1,61	1,10	-31,8%
Vendas de Produtos Associados	0,96	0,74	-22,8%	0,81	-8,6%	3,37	2,69	-20,3%
Outras Receitas	0,24	0,22	-8,7%	0,10	112,5%	0,36	0,42	16,9%
Custos operacionais	7,62	7,35	-3,6%	7,31	0,5%	23,35	22,08	-5,4%
Custos com Pessoal	2,72	2,63	-3,3%	2,58	1,9%	8,04	7,88	-2,0%
Custos Comerciais ⁽²⁾	2,38	2,38	0,1%	2,26	5,5%	7,68	6,94	-9,7%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	2,52	2,34	-7,4%	2,47	-5,4%	7,63	7,26	-4,8%
EBITDA	-0,71	-1,11	-56,5%	-0,50	-123,3%	-1,02	-2,40	-136,3%
Margem EBITDA (%)	-10,6%	-18,5%	-7,8pp	-7,4%	-11,1pp	-4,6%	-12,5%	-7,8pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	0,12	0,14	24,0%	0,20	-26,3%	0,38	0,45	19,0%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	1,7%	2,4%	0,7pp	2,9%	-0,5pp	1,7%	2,3%	0,6pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-0,83	-1,26	-51,9%	-0,69	-81,0%	-1,39	-2,85	-104,5%
CAPEX Total	0,12	0,14	24,0%	0,20	-26,3%	0,38	0,45	19,0%

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

8.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010 e em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Setembro 2011	Setembro 2010	Dezembro de 2010
Activo				
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	573.721.368	569.257.297	592.369.741
Activos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	262.630.465	273.980.583	272.896.942
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	526.133.731	526.142.619	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	212.323	1.207.320	212.323
Outros activos não correntes	1.t)	283.771	136.663	174.363
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	105.384.838	114.683.784	109.587.224
Total de activos não correntes		1.468.366.496	1.485.408.266	1.501.382.145
Activos correntes				
Existências	1.j)	14.227.875	27.175.949	17.473.750
Clientes	1.k) e 8	133.201.825	134.304.340	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	32.552.816	26.761.427	61.302.698
Outros activos correntes	1.s) e 1.y)	78.417.903	71.040.207	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 12	183.025.312	93.417.082	68.577.903
Total de activos correntes		441.425.731	352.699.005	360.487.681
Total do activo		1.909.792.227	1.838.107.271	1.861.869.826
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.v) e 14	(13.594.518)	(13.725.585)	(15.030.834)
Reservas	1.u)	604.941.105	581.500.069	582.259.583
Resultado líquido consolidado do período		57.091.345	29.719.396	41.182.587
		1.014.684.800	963.740.748	974.658.204
Interesses sem controlo		486.559	565.275	593.790
Total do capital próprio		1.015.171.359	964.306.023	975.251.994
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	319.067.408	339.382.001	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	18.628.442	19.722.406	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	34.547.649	33.041.938	33.150.028
Titularização de créditos	8 e 18	24.914.706	44.662.025	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	703.826	5.053.582	786.549
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	2.579.113	9.005.399	2.739.617
Total de passivos não correntes		400.441.144	450.867.351	400.708.481
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	121.924.773	21.656.331	30.942.240
Fornecedores	8	155.791.136	159.763.389	178.732.746
Outros passivos financeiros	1.i), 8, 16 e 19	2.449.306	2.392.200	2.171.140
Titularização de créditos	8 e 18	19.764.541	19.596.453	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	8	24.877.605	17.522.088	56.752.155
Outros passivos correntes	1.s) e 1.y)	169.372.363	202.003.436	197.676.909
Total de passivos correntes		494.179.724	422.933.897	485.909.351
Total do passivo e capital próprio		1.909.792.227	1.838.107.271	1.861.869.826

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Setembro 2011 (não auditado)	Julho a Setembro 2011 (não auditado)	Setembro 2010 (não auditado)	Julho a Setembro 2010 (não auditado)	Dezembro de 2010
Vendas		58.406.562	21.936.962	80.403.198	28.928.828	118.773.668
Prestações de serviços		591.902.261	202.966.508	603.724.478	204.868.739	801.945.320
Outros proveitos operacionais		6.294.356	1.957.518	4.606.988	1.820.413	8.224.984
		656.603.179	226.860.988	688.734.664	235.617.980	928.943.972
Custo das vendas		(64.118.471)	(25.305.759)	(84.523.370)	(31.018.514)	(127.913.977)
Fornecimentos e serviços externos	20	(329.309.958)	(110.569.706)	(359.041.701)	(122.123.121)	(479.774.171)
Custos com o pessoal		(71.054.381)	(23.794.867)	(73.834.637)	(25.074.690)	(96.550.733)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(93.753.186)	(31.862.715)	(98.189.861)	(31.351.413)	(129.542.660)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(17.022.137)	(5.791.162)	(11.389.585)	(4.456.632)	(16.030.069)
Outros custos operacionais		(11.081.153)	(3.874.584)	(10.956.822)	(3.468.198)	(14.663.482)
		(586.339.286)	(201.198.791)	(637.935.976)	(217.492.568)	(864.475.092)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(12.324.201)	(4.413.568)	(10.802.905)	(3.666.731)	(14.531.097)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 21	5.495.443	2.337.570	4.314.361	834.001	8.159.770
Resultados correntes		63.435.135	23.586.199	44.310.144	15.292.682	58.097.553
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(6.332.822)	1.637.183	(14.448.318)	(5.167.722)	(16.749.346)
Resultado líquido consolidado do período		57.102.313	25.223.382	29.861.826	10.124.960	41.348.207
Atribuível a:						
Accionistas da empresa mãe	26	57.091.345	25.202.916	29.719.396	10.085.801	41.182.587
Interesses sem controlo		10.968	20.466	142.430	39.159	165.620
Resultados por acção						
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,16	0,07	0,08	0,03	0,12
Diluídos		0,16	0,07	0,08	0,03	0,12
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,16	0,07	0,08	0,03	0,12
Diluídos		0,16	0,07	0,08	0,03	0,12

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Setembro 2011	Setembro 2010	Dezembro de 2010
Resultado líquido consolidado do período		57.102.313	29.861.826	41.348.207
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto				
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(132.874)	249.992	357.412
Rendimento integral consolidado do período		57.102.313	29.861.826	41.348.207
Atribuível a:				
Accionistas da empresa mãe		57.091.345	29.719.396	41.182.587
Interesses sem controlo		10.968	142.430	165.620

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)			Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2011											
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	1.221.003	775.290.377	(214.095.384)	4.812.753	15.030.834	582.259.583	-	41.182.587	974.658.204
Aplicação do resultado consolidado de 2010											
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	6.770.189	-	34.412.398	-	-	41.182.587	-	(41.182.587)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(17.859.403)	-	-	(17.859.403)	-	-	(17.859.403)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de Setembro de 2011	-	-	-	-	(132.874)	-	-	(132.874)	-	57.091.345	56.958.471
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)	-	2.223.287	-	-	-	(2.223.287)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1j) e 27)	-	3.659.603	-	-	1.775.360	(1.604.799)	(3.659.603)	(3.489.042)	-	-	170.561
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1j) e 27)	-	-	-	-	-	2.980.254	-	2.980.254	-	-	2.980.254
Saldo em 30 de Setembro de 2011	366.246.868	(13.594.518)	7.991.192	775.290.377	(198.123.190)	6.188.208	13.594.518	604.941.105	-	57.091.345	1.014.684.800
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	593.790	-	593.790
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	10.968	-	10.968
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	6.301	-	6.301
Saldo em 30 de Setembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	486.559	-	486.559
Total	366.246.868	(13.594.518)	7.991.192	775.290.377	(198.123.190)	6.188.208	13.594.518	604.941.105	486.559	57.091.345	1.015.171.359

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Acções próprias (Nota 14)	Reservas						Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
			Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de acções próprias	Total de reservas			
2010											
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	935.132.436
Aplicação do resultado consolidado de 2009	-	-	-	-	5.748.497	-	-	5.748.497	-	(5.748.497)	-
Utilização da reserva legal para cobertura dos prejuízos acumulados verificados nas contas individuais	-	-	(764.178)	-	764.178	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de Setembro de 2010	-	-	-	-	249.992	-	-	249.992	-	29.719.396	29.969.388
Aquisição de acções próprias	-	(3.497.605)	-	-	(3.497.605)	-	3.497.605	-	-	-	(3.497.605)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.j) e 27)	-	2.581.035	-	-	1.012.560	(891.639)	(2.581.035)	(2.460.114)	-	-	120.921
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.j) e 27)	-	-	-	-	-	2.015.608	-	2.015.608	-	-	2.015.608
Saldo em 30 de Setembro de 2010	366.246.868	(13.725.585)	1.221.003	775.290.377	(212.838.560)	4.101.664	13.725.585	581.500.069	-	29.719.396	963.740.748
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	508.152	-	508.152
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	142.430	-	142.430
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(161.850)	-	(161.850)
Aumento de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	71.500	-	71.500
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	5.043	-	5.043
Saldo em 30 de Setembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	565.275	-	565.275
Total	366.246.868	(13.725.585)	1.221.003	775.290.377	(212.838.560)	4.101.664	13.725.585	581.500.069	565.275	29.719.396	964.306.023

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)	Setembro 2011		Setembro 2010	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	638.080.133		704.806.693	
Pagamentos a fornecedores	(409.920.816)		(492.784.269)	
Pagamentos ao pessoal	(79.445.037)		(84.145.668)	
Fluxo gerado pelas operações	148.714.280		127.876.756	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.058.841)		(3.236.671)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(9.846.736)		5.586.821	
Fluxos das actividades operacionais (1)	136.808.703	136.808.703	130.226.906	130.226.906
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	16.266.882		3.367.079	
Activos fixos intangíveis	37.463		-	
Juros e proveitos similares	4.519.144	20.823.489	3.799.068	7.166.147
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(8.860.291)		-	
Activos fixos tangíveis	(74.688.845)		(83.806.873)	
Activos intangíveis	(15.980.291)		(16.305.678)	
Empréstimos concedidos	(99.532.997)	(99.532.997)	-	(100.112.551)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(78.709.508)		(92.946.404)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Prestações suplementares			71.500	
Empréstimos obtidos	107.700.000	107.700.000	70.000.000	70.071.500
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(1.955.766)		(1.963.102)	
Juros e custos similares	(12.099.477)		(8.832.708)	
Dividendos	(17.983.903)		(161.850)	
Aquisição de acções próprias	(2.223.287)		(3.497.605)	
Empréstimos obtidos	(15.095.748)	(49.358.181)	(82.595.007)	(97.050.272)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		58.341.819		(26.978.772)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		116.441.014		10.301.730
Efeito das diferenças de câmbio		(184.610)		98.653
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		65.985.051		82.946.871
Caixa e seus equivalentes no final do período		182.241.455		93.347.254

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

	Setembro 2011	Setembro 2010
a) Pagamento de aquisições de anos anteriores		
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	8.860.291	-
	8.860.291	-

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Setembro 2011	Setembro 2010
Numerário	111.362	219.300
Depósitos à ordem	5.883.950	5.412.480
Aplicações de Tesouraria	177.030.000	87.785.302
Depósitos à ordem (saldos credores)	(783.857)	(69.828)
Caixa e seus equivalentes	182.241.455	93.347.254
Depósitos à ordem (saldos credores)	783.857	69.828
Disponibilidades constantes do balanço	183.025.312	93.417.082

3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

	Setembro 2011	Setembro 2010
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	103.050.000	123.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	162.617.092	(67.045.584)	(20.520.494)	75.051.014
Multimédia	(2.642.730)	(608.217)	(133.074)	(3.384.021)
Sistemas de Informação	(24.062.864)	(3.490.586)	(234.258)	(27.787.708)
Holding	896.344	(7.552.191)	79.229.685	72.573.838
Outras	861	(12.930)	(40)	(12.109)
	136.808.703	(78.709.508)	58.341.819	116.441.014

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

8.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 ("Grupo").

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo

Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto, nos

Estados Unidos da América, no Panamá, no Chile, em Singapura e em Espanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros, e tendo em consideração a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e que tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 30 de Setembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
---	----------

Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
---	----------

A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.

IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10 *
---	------------

Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.

IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
---	----------

Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.

IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10 *
--	------------

Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

Melhorias das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2008/2010	18-Fev-2011 *
---	---------------

Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo grupo no período findo em 30 de Setembro de 2011, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 12 - Emendas (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes) Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	1-Jan-12
IFRS 1 - Emendas (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas) As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na excepção para desreconhecimento e na excepção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	1-Jul-11
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Emendas (emitidas em 7 de Outubro de 2010) A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.	1-Jul-11
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	1-Jan-13
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras) A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o factor determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	1-Jan-13
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-Jan-13

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-Jan-13
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	1-Jan-13
IAS 1 - Emendas (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) Os itens de outros resultados integrais que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	1-Jul-12
IAS 19 - Emendas (Benefícios dos Empregados) Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	1-Jan-13
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos em IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-Jan-13
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objectivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-Jan-13

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 30 de Setembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo
As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no

balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas
Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade. Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente
As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas

demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Activos fixos tangíveis
Os 'activos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-20
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	8-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros activos fixos tangíveis	4-8

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Activos intangíveis

Os 'activos intangíveis' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'activos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'activos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'activos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo

período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'activos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transacção a transacção, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à

data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de **imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda'**, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), **estão contabilizados pelo método de locação operacional**. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na **Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'**, desde 1 de Janeiro de 2010, sendo que até essa data eram registados na rubrica 'Provisões e perdas de imparidade'.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na **Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'**. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 30 de Setembro de 2011, o Grupo não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou

indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em activos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo

valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 - "Pagamentos com base em acções", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de Setembro de 2011, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua

natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 107 milhões de euros.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2011		2010	
	30 Setembro	Média	30 Setembro	Média
Libra inglesa	1,1539	1,1478	1,1629	1,1677
Real brasileiro	0,3989	0,4366	0,4310	0,4283
Dólar americano	0,7406	0,7112	0,7327	0,7625
Złoti (Polónia)	0,2270	0,2493	0,2510	0,2499
Dólar australiano	0,7208	0,7389	0,7107	0,6833
Pesos mexicanos	0,0538	0,0592	0,0584	0,0600
Libra Egípcia	0,1252	0,1219	0,1342	0,1343
Ringgit (Malásia)	0,2320	0,2349	0,2375	0,2347
Peso Chileno	0,0014	0,0015	0,0015	0,0015
Dólar de Singapura	0,5685	0,5704	0,5574	0,5516
Franco suíço	0,8217	0,8123	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – "Pagamento com Base em Acções".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros

passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Setembro de 2011, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

A 30 de Setembro de 2011, os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe estavam cobertos, por contratos celebrados com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 incluem:

- (i) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do Euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta; e

- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão

Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações

urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Setembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2011		2010	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G") (a)	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	Dissolvida		100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom Sona Telecom Sonaecom BV	64,14% 35,86% -	64,14% 35,86% -	53,54% 35,86% 10,60%	53,54% 35,86% 10,60%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ") (b)	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom Sonaetelecom BV	100% -	100% -	- 100%	- 100%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa dissolvida em Setembro de 2011

(b) Empresa constituída em Dezembro 2010

Percentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2011		2010	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonaecom SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españá, S.L. ("SSI Españá")	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária") (c)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Wilmington	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile")	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá")	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura")	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(c) Empresa adquirida em Dezembro 2010

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional a seguinte empresa:

				Percentagem do capital detido			
				2011		2010	
Firma(Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, da entidade acima referida, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2011	2010
Activos não correntes	2.207.396	2.804.816
Activos correntes	937.956	725.487
Passivos não correntes	(2.088.096)	(2.708.129)
Passivos correntes	(460.816)	(250.483)
Resultado líquido	167.892	193.962
Total de proveitos	(1.317.671)	(1.386.036)
Total de custos	1.149.779	1.192.074

4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía o investimento numa empresa associada, cuja sede social, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

				Percentagem do capital detido					
				2011		2010		Valor de balanço	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*	2011	2010
Empresas associadas: Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
								-	-

*Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

A empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido da empresa associada foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2011				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	668.373	659.184	733.192	39.623
2010				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	647.221	569.893	849.116	107.992

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação actual
2010				
We Do BV	SSI Espanha	Jan-10	3.010 EUR	100,00%
We Do BV	We Do Singapura	Jan-10	1 SGD	100,00%
We Do BV	We Do Panamá	Fev-10	1.000 USD	100,00%
We Do BV	We Do Chile	Abr-10	500.000 CLP	100,00%

b) Dissoluções

Participante	Participada	Data	% participação
2011			
Público	Set-11	Set-11	100%

6. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

									2011
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2010	1.391.593	291.774.394	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	-	57.983	4.758.751	-	11.030.984	8.970	2.016	38.325.834	54.184.538
Alienações	-	(215.400)	(42.642.627)	(515)	(3.212.080)	(4.192)	-	-	(46.074.814)
Transferências e abates	-	7.020.040	38.309.857	-	(1.068.539)	3.817	61.562	(55.251.857)	(10.925.120)
Saldo em 30 Setembro 2011	1.391.593	298.637.017	1.035.705.702	184.995	198.197.568	1.172.832	5.606.899	24.056.809	1.564.953.415
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2010	-	153.589.162	647.567.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Amortizações do período	-	9.068.273	40.976.429	24.629	13.809.522	11.294	565.873	-	64.456.020
Alienações	-	(97.734)	(35.609.844)	(268)	(3.185.270)	(1.824)	-	-	(38.894.940)
Transferências e abates	-	(1.021.257)	(5.179.465)	-	(3.523.379)	(4.002)	-	-	(9.728.103)
Saldo em 30 Setembro 2011	-	161.538.444	647.755.089	127.877	176.124.852	1.129.535	4.556.250	-	991.232.047
Valor líquido	1.391.593	137.098.573	387.950.613	57.118	22.072.716	43.297	1.050.649	24.056.809	573.721.368

									2010
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.542	1.506.192.402
Adições	-	164.906	3.594.089	57.419	11.481.625	122	79.092	48.170.509	63.547.762
Alienações	-	(89.015)	(11.015.596)	(169.163)	(668.001)	-	-	-	(11.941.775)
Transferências e abates	-	10.092.011	89.652.121	-	3.545.327	14.798	136.432	(114.774.206)	(11.333.517)
Saldo em 30 Setembro 2010	1.391.593	279.443.634	1.038.192.030	220.169	187.307.856	1.207.188	5.517.557	33.184.845	1.546.464.872
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2009	-	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.944	1.151.389	3.675.719	-	922.772.911
Amortizações do período	-	8.545.029	45.059.158	40.358	15.283.281	14.689	493.818	-	69.436.333
Alienações	-	(10.795)	(9.501.667)	(34.641)	(436.808)	-	-	-	(9.983.911)
Transferências e abates	-	25.248	(5.875.258)	-	832.252	-	-	-	(5.017.758)
Saldo em 30 Setembro 2010	-	149.800.614	657.471.017	106.660	164.493.669	1.166.078	4.169.537	-	977.207.575
Valor líquido	1.391.593	129.643.020	380.721.013	113.509	22.814.187	41.110	1.348.020	33.184.845	569.257.297

As adições do exercício incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service) e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

O custo de aquisição dos 'Activos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, ascendia a 31.582.929 Euros e a 30.541.539 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 18.308.825 Euros e 19.267.919 Euros, respectivamente.

Em 30 de Setembro de 2011 os 'Activos fixos tangíveis' incluem o montante de 22,1 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido.

Em 30 de Setembro de 2011, a rubrica de 'Activos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos tangíveis e de software associados às redes de telecomunicações fixa e móvel e da totalidade dos activos associados à rede UMTS, revisões estas que foram registadas de forma prospectiva a 1 de Janeiro de 2011. O seu impacto significou que as amortizações do período findo em 30 de Setembro de 2011 tenham sido, aproximadamente, 7,2 milhões de Euros inferiores às do período findo em 30 de Setembro de 2010.

As transferências do período incluem a transferência para "Activos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Activos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Activo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a seguinte composição:

	2011	2010
Desenvolvimento da rede fixa e móvel	19.514.504	31.570.328
Sistemas de informação	402.928	461.839
Outros projectos em curso	4.139.377	1.152.678
	24.056.809	33.184.845

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2011	2010
Investimentos da área técnica	35.219.603	23.904.414
Investimentos em sistemas de informação	1.738.029	3.473.083
	<u>36.957.632</u>	<u>27.377.497</u>

7. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2011
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2010	310.619.467	264.381.328	16.085.854	591.086.649
Adições	3.928.630	1.484.562	12.223.027	17.636.219
Alienações	(97)	(63.288)	-	(63.385)
Transferências e abates	(12.711)	22.817.370	(21.707.010)	1.097.649
<u>Saldo em 30 Setembro 2011</u>	<u>314.535.289</u>	<u>288.619.972</u>	<u>6.601.871</u>	<u>609.757.132</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2010	106.547.783	211.641.924	-	318.189.707
Amortizações do período	12.942.862	16.354.304	-	29.297.166
Alienações	(97)	(33.678)	-	(33.775)
Transferências e abates	(36)	(326.395)	-	(326.431)
<u>Saldo em 30 Setembro 2011</u>	<u>119.490.512</u>	<u>227.636.155</u>	<u>-</u>	<u>347.126.667</u>
<u>Valor líquido</u>	<u>195.044.777</u>	<u>60.983.817</u>	<u>6.601.871</u>	<u>262.630.465</u>

				2010
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Adições	6.340.706	1.672.993	15.961.300	23.974.999
Transferências e abates	(312.898)	26.070.445	(20.587.350)	5.170.197
<u>Saldo em 30 Setembro 2010</u>	<u>310.109.441</u>	<u>256.913.129</u>	<u>14.586.105</u>	<u>581.608.675</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	86.606.233	192.163.071	-	278.769.304
Amortizações do período	14.863.193	13.890.335	-	28.753.528
Transferências e abates	70	105.190	-	105.260
<u>Saldo em 30 Setembro 2010</u>	<u>101.469.496</u>	<u>206.158.596</u>	<u>-</u>	<u>307.628.092</u>
<u>Valor líquido</u>	<u>208.639.945</u>	<u>50.754.533</u>	<u>14.586.105</u>	<u>273.980.583</u>

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, tinha de ser realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 30 de Setembro de 2011, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 30 de Setembro de 2011, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 30 de Setembro de 2011, a rubrica 'Propriedade industrial', do activo bruto inclui o valor de 111,5 milhões de Euros correspondente ao valor presente desta responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008 e actualizados em Setembro de 2009.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Activos intangíveis' 184.066.702 Euros e 193.628.608 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 57.755.546 Euros (60.755.834 Euros, em 2010) relativos à licença, (ii) 19.298.245 Euros (20.300.752 Euros, em 2010) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.927.074 Euros (6.234.974 Euros, em 2010) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 96.151.171 Euros (101.146.037 Euros, em 2010) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O activo intangível em curso, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinados activos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o total do valor bruto destes custos ascende a 20.025.316 Euros e 19.448.736 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foram de 555.413 Euros e 937.665 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 1,81% em 2011 (1,545% em 2010) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Activos correntes					
Clientes	133.201.825	-	133.201.825	-	133.201.825
Outras dívidas de terceiros	18.556.870	-	18.556.870	13.995.946	32.552.816
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	183.025.312	-	183.025.312	-	183.025.312
	334.784.007	-	334.784.007	13.995.946	348.779.953

					2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos correntes					
Clientes	134.304.340	-	134.304.340	-	134.304.340
Outras dívidas de terceiros	20.911.840	-	20.911.840	5.849.587	26.761.427
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	93.417.082	-	93.417.082	-	93.417.082
	248.633.262	-	248.633.262	5.849.587	254.482.849

					2011
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	319.067.408	-	319.067.408	-	319.067.408
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	18.628.442	18.628.442	-	18.628.442
Titularização de créditos (Nota 18)	24.914.706	-	24.914.706	-	24.914.706
	343.982.114	18.628.442	362.610.556	-	362.610.556
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	121.924.773	-	121.924.773	-	121.924.773
Fornecedores	-	155.791.136	155.791.136	-	155.791.136
Outros passivos financeiros (Nota 16 e 19)	-	2.449.306	2.449.306	-	2.449.306
Titularização de créditos (Nota 18)	19.764.541	-	19.764.541	-	19.764.541
Outras dívidas a terceiros	-	2.938.907	2.938.907	21.938.698	24.877.605
	141.689.314	161.179.350	302.868.664	21.938.698	324.807.362

					2010
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	334.432.001	-	334.432.001	-	334.432.001
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	19.722.406	19.722.406	-	19.722.406
Titularização de créditos (Nota 18)	44.662.025	-	44.662.025	-	44.662.025
	<u>379.094.026</u>	<u>19.722.406</u>	<u>398.816.432</u>	<u>-</u>	<u>398.816.432</u>
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	26.606.331	-	26.606.331	-	26.606.331
Fornecedores	-	159.763.389	159.763.389	-	159.763.389
Outros passivos financeiros (Nota 16 e 19)	-	2.392.200	2.392.200	-	2.392.200
Titularização de créditos (Nota 18)	19.596.453	-	19.596.453	-	19.596.453
Outras dívidas a terceiros	-	3.107.024	3.107.024	14.415.064	17.522.088
	<u>46.202.784</u>	<u>165.262.613</u>	<u>211.465.397</u>	<u>14.415.064</u>	<u>225.880.461</u>

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na rubrica "Diferenças de consolidação" foram os seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial	526.141.552	526.106.175
Movimentos do período	(7.821)	36.444
Saldo final	<u>526.133.731</u>	<u>526.142.619</u>

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a rubrica "Movimentos do exercício" inclui a actualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a rubrica "Diferenças de consolidação" tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.140.850	1.149.738
Unipress	321.698	321.698
SIRS	72.820	72.820
Per-Mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
	<u>526.133.731</u>	<u>526.142.619</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de Informação	11,22%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2011	2010
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	-
Altitude, SGPS, S.A.	-	-	1.000.000
Outros	-	9.979	9.976
		212.323	1.207.320

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 a rubrica de "Investimentos disponíveis para venda" não apresentou quaisquer movimentos.

No último trimestre de 2010, o Grupo alienou a participação que detinha na empresa Altitude, SGPS, S.A., gerando uma mais-valia de 2.091.120 Euros.

Em 30 de Setembro de 2011, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	18.603	8.624	5.017	19.213	1.093	654
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	15	(49)	-	-	(113)	(114)

⁽¹⁾ Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2010.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, no montante de 105.384.838 Euros e 114.683.784 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	109.587.224	121.894.677
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais do período	(4.105.386)	2.727.243
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	981.228	705.694
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores	11.278.074	-
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(9.891.222)	(8.269.986)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(2.415.000)	(2.415.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(4.152.306)	(7.252.049)
Outros	(50.080)	41.156
Saldo final	105.384.838	114.683.784

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 30 de Setembro de 2011, foi revertido um montante de 8,9 milhões de Euros, correspondente à reversão da respectiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de Dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos activos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de Setembro de 2011, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS				Total Grupo Sonaecom
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:						
A serem utilizados até 2012	74.183	-	-	-	-	74.183
A serem utilizados até 2013	126.771	-	-	-	-	126.771
A serem utilizados até 2014	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2015	6.199.247	-	-	-	-	6.199.247
Sem limite de utilização	-	-	134.506	482.775	617.281	617.281
Prejuízos fiscais	6.400.201	-	134.506	482.775	617.281	7.017.482
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	31.234.226	35.354	-	-	35.354	31.269.580
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	2.145.525	-	-	-	-	2.145.525
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	21.886.283	684	-	(50.339)	(49.655)	21.836.628
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	7.245.000	-	-	-	-	7.245.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	35.870.623	-	-	-	-	35.870.623
Total	104.781.858	36.038	134.506	432.436	602.980	105.384.838

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os valores de impostos diferidos não registados por, actualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2011	2010
Prejuízos fiscais	43.848.475	57.773.006
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	27.701.479	38.234.393
Outros	17.035.622	16.261.931
Total	88.585.576	112.269.330

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2011	2010
2010	-	3.814.324
2011	1.491.189	11.752.770
2012	12.307.639	17.904.868
2013	13.849.849	15.941.697
2014	698.437	4.636.725
2015	6.478.655	1.676.710
2016	1.247.315	319.582
2017	1.772.700	134.414
2018	420.883	44.378
2019	1.460.177	45.284
2020	529.150	-
2021	80.962	-
2025	175.543	-
2030	129.538	-
Sem limite de utilização	3.206.438	1.502.254
Total	43.848.475	57.773.006

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 no montante de 703.826 Euros e 5.053.582 Euros, respectivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	(786.549)	(106.929)
Efeito em resultados:		
Ajustamentos na conversão para IAS / IFRS	(7.964)	(13.223)
Ajustamentos de consolidação	-	(4.933.430)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(7.964)	(4.946.653)
Outros	90.687	-
Saldo final	(703.826)	(5.053.582)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	63.327.641	44.310.144
Imposto (25%)	(15.831.910)	(11.077.536)
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(4.101.637)	(6.231.437)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	11.278.074	818.184
Registo de passivos por impostos diferidos	(8.577)	(13.223)
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	1.350.000	1.350.000
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	981.228	705.694
Impostos registados no exercício (Nota 22)	(6.332.822)	(14.448.318)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respectiva Nota de Liquidação foi recepcionada em Abril de 2011, sendo que a Optimus impugnou esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos activos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2011	2010
Numerário	111.362	219.300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.883.950	5.412.480
Aplicações de tesouraria	177.030.000	87.785.302
Caixa e equivalentes de caixa	183.025.312	93.417.082
Descobertos bancários (Nota 15)	(783.857)	(69.828)
	182.241.455	93.347.254

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2011	2010
Sonae Investments BV	41.810.000	61.810.000
Aplicações bancárias	135.220.000	25.975.302
	177.030.000	87.785.302

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, venceram juros a uma taxa média de 2,614% (2,086% em 2010).

13. Capital social

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	73.004.403	19,93%	70.109.264	19,14%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Acções próprias	9.045.200	2,47%	8.264.325	2,26%
Santander Asset Management	3.732.774	1,02%	7.408.788	2,02%
Sonae SGPS	650.000	0,18%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	10.500.000	2,87%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Acções próprias

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.764.157 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo (972.184 acções durante o período findo em 30 de Setembro de 2010).

Adicionalmente, durante o período, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas acções (a um preço médio de 1,432 Euros), detendo, à data de 30 de Setembro de 2011, 9.045.200 acções próprias representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,503 Euros.

15. Empréstimos

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2011	2010
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	Mar-15	Final	100.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(3.089.220)	(2.057.599)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.433.594	968.685
					318.344.374	218.911.086
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	-	-	119.500.000
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(253.403)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	374.627
					-	119.621.224
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	335.311	462.848
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	387.723	386.843
					319.067.408	339.382.001

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2011	2010
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	-	120.950.000	-
SGPS	Papel Comercial	40.000.000	Mai-11	-	-	10.000.000
	Papel Comercial	30.000.000	Abr-12	-	-	6.500.000
	Papel Comercial	15.000.000	Jun-12	-	-	5.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(215.949)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	406.865	86.503
					121.140.916	21.586.503
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	783.857	69.828
					783.857	69.828
					121.924.773	21.656.331

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em Setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de Euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,740% (1,877%, em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros	Novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2011					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	180,000,000	-	140,000,000	-
Juros	11,546,600	9,708,677	6,479,600	3,083,429	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11,546,600	189,708,677	6,479,600	143,083,429	-
2010					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	-	180,000,000	-	40,000,000
Juros	4,996,900	5,010,590	3,910,773	1,254,400	707,963
Papel comercial:					
Amortização	-	119,500,000	-	-	-
Juros	1,489,045	1,247,679	-	-	-
	6,485,945	125,758,269	183,910,773	1,254,400	40,707,963

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2011						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	120.950.000	29.050.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
		544.000.000	440.950.000	103.050.000		
2010						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	119.500.000	30.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	40.000.000	10.000.000	30.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	6.500.000	23.500.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
		484.000.000	361.000.000	123.000.000		

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de activos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 18.628.442 Euros e 19.722.406, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de Setembro de 2011 e 2010 era o seguinte:

	2011		2010	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2010	-	-	1.133.408	919.078
2011	732.291	582.955	3.118.320	2.235.330
2012	3.449.984	2.537.661	3.114.526	2.267.454
2013	3.267.476	2.453.108	2.857.542	2.108.092
2014 e seguintes	19.624.595	15.504.024	19.055.409	14.584.652
	27.074.346	21.077.748	29.279.205	22.114.606
Juros	(5.996.599)	-	(7.164.599)	-
	21.077.747	21.077.748	22.114.606	22.114.606
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(2.449.306)	-	(2.392.200)
	21.077.747	18.628.442	22.114.606	19.722.406

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	70.410.631	16.015.126	(14.113.938)	(476.184)	71.835.635
Perdas de imparidade acumuladas em existências	14.930.606	2.339.205	(1.869.547)	-	15.400.264
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	1.803.349	(357.803)	(47.925)	34.547.649
	118.491.265	20.157.680	(16.341.288)	(524.109)	121.783.548
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	67.838.678	10.670.707	(8.198.321)	(16.674)	70.294.390
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.690.082	1.850.000	(227.121)	-	14.312.961
Provisões para outros riscos e encargos	32.175.824	1.257.566	(32.177)	(359.275)	33.041.938
	112.704.584	13.778.273	(8.457.619)	(375.949)	117.649.289

O reforço das "Provisões para outros riscos e encargos" inclui o montante de 97.120 Euros (428.980 Euros, em 2010) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Activos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 699.218 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (109.708 Euros em 2010),

O reforço relativo a "Perdas de imparidade acumuladas em existências" encontra-se registado na demonstração de resultados, em "Custo das Vendas" (Nota 1.j). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de "Provisões e perdas de imparidade" ascende a 17.022.137 Euros (11.389.585 Euros em 2010).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objecto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2011	2010
Desmantelamento de sites	22.826.201	22.637.701
Contingências diversas	3.040.274	2.788.697
Processos judiciais em curso	2.960.782	2.865.034
Indemnizações a liquidar	1.037.068	728.299
Outros	4.683.324	4.022.207
	34.547.649	33.041.938

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, liquidados de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.764.541 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 24.914.706 Euros, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 30 de Setembro de 2011 e 2010, o valor registado em "Titularização de créditos" tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2011						
Titularização de créditos	19.764.541	19.914.706	5.000.000	-	-	44.679.247
2010						
Titularização de créditos	19.596.453	19.752.403	19.906.862	5.002.760	-	64.258.478

19. Outros passivos financeiros

Em 30 de Setembro de 2011, a rubrica "Outros passivos financeiros" inclui o montante de 2.449.306 Euros (2.392.200 Euros em 2010) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Custos de interligação	139.493.435	154.017.571
Trabalhos especializados	37.899.375	42.976.563
Comissões	31.928.525	33.738.527
Rendas e alugueres	25.730.508	25.047.418
Outros subcontratos	21.500.334	22.670.128
Publicidade e propaganda	21.467.208	22.910.423
Aluguer de circuitos	14.051.194	16.665.833
Electricidade	7.709.316	7.930.591
Conservação e Reparação	4.377.274	4.965.074
Comunicação	4.335.860	4.503.024
Deslocações e estadas	3.759.565	3.917.790
Honorários	2.729.080	2.626.297
Outros	14.328.284	17.072.462
	<u>329.309.958</u>	<u>359.041.701</u>

Os compromissos assumidos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2011	2010
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2010	-	12.869.116
2011	10.369.771	44.614.755
2012	43.441.454	41.686.002
2013	40.654.297	40.146.422
2014	38.118.811	33.132.911
2015	33.869.478	33.132.902
2016	31.598.248	32.387.277
2017 e seguintes	32.750.876	-
Renováveis por 1 ano	2.749.115	3.547.761
	<u>233.552.050</u>	<u>241.517.146</u>

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011 foram reconhecidos 34.775.388 Euros (37.274.482 Euros, em 2010) na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas “Rendas e alugueres” e “Alugueres de circuitos”.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(10.510.754)	(10.021.615)
Empréstimos bancários	(6.930.361)	(5.562.308)
Juros securitização	(2.239.069)	(2.765.255)
Juros de leasing	(734.475)	(741.140)
Outros juros	(606.849)	(952.912)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.260.620)	(424.773)
Outros custos financeiros	(552.827)	(356.517)
	<u>(12.324.201)</u>	<u>(10.802.905)</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	4.603.886	3.840.908
Diferenças de câmbio favoráveis	888.199	473.453
Outros proveitos financeiros	3.358	-
	<u>5.495.443</u>	<u>4.314.361</u>

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a rubrica “Juros obtidos” inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2011	2010
Imposto corrente	(1.250.335)	(2.139.908)
Provisão para impostos líquido da redução (Nota 17)	(922.218)	(109.708)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(4.152.306)	(7.252.049)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(7.964)	(4.946.653)
	<u>(6.332.822)</u>	<u>(14.448.318)</u>

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de Setembro de 2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	37.522	3.552	-	(7.725)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.221.299	1.007.248	-	(285.128)
Worten	2.630.312	268	-	(231.529)
Sonaecenter II	1.112.183	555.136	-	75.289
Sierra Corporate Services	905.072	-	-	(41.180)
Raso Viagens	285.187	156.681	-	(129.801)
Sonae Investments BV	-	-	41.810.000	4.061
France Telecom	5.589.285	2.459.097	-	(6.192.953)
	11.780.860	4.181.982	41.810.000	(6.808.966)

	Saldos em 30 de Setembro de 2010			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	30.403	1.888	-	49.801
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.388.431	1.581.437	-	(617.021)
Worten	2.425.693	-	-	(1.333.830)
Sonaecenter II	725.353	146.682	-	(143.792)
Sierra Corporate Services	446.876	-	-	60.215
Raso Viagens	310.558	287.027	-	(82.271)
Sonae Investments BV	-	-	61.810.000	3.806
France Telecom	2.274.799	1.105.228	-	(5.359.128)
	8.602.113	3.122.262	61.810.000	(7.422.220)

	Transacções durante o exercício findo em 30 de Setembro de 2011			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	60.401	63.102	(11.039)	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.108.964	1.134.241	-	165.925
Worten	2.853.388	1.809.457	-	3.810
Sonaecenter II	7.195.297	381.264	-	-
Sierra Corporate Services	4.899.338	671.891	-	5.214
Raso Viagens	431.973	1.812.508	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.251.014	-
France Telecom	12.300.201	10.052.642	-	-
	29.849.562	15.925.104	1.239.974	174.949

	Transacções durante o exercício findo em 30 de Setembro de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	69.584	(75.911)	368.940	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.349.482	1.071.858	-	190.077
Worten	3.138.562	2.084.604	-	-
Sonaecenter II	4.433.974	442.311	-	11.572
Sierra Corporate Services	2.077.665	(116.901)	-	19.944
Raso Viagens	488.264	1.582.543	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.440.070	-
France Telecom	12.156.763	9.357.673	-	-
	25.714.294	14.346.177	1.809.010	221.593

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.


As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2011	2010
Optimus e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.350.818	9.350.818
Optimus	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	4.039.639	1.711.220
We Do	AD Makedonski, Digi Telecommunications, Emirates Telecom. Corp., Pak Telecom, Scotiabank De Costa Rica, Srilanka Telecom e Telcel	Boa execução de trabalhos a realizar	1.143.071	720.603
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
Optimus e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	598.000	598.000
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projecto "HERMES" - QREN	436.822	327.730
Optimus	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	431.954
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	246.270	274.551
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	104.650	298.180
Várias	Outros		1.169.538	1.215.972
			18.421.641	15.954.907



Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

O segmento denominado "Actividades de Holding", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Setembro de 2011 e 2010, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	566.125.425	583.118.228	19.263.300	21.974.654	83.292.197	102.336.665	2.956.622	4.805.975	165.600	165.600	671.803.144	712.401.122	(21.494.321)	(28.273.446)	650.308.823	684.127.676
Outros proveitos operacionais	8.614.047	6.054.420	420.669	359.911	453.472	307.939	896	5.072	-	-	9.489.084	6.727.342	(3.194.728)	(2.120.354)	6.294.356	4.606.988
Total de proveitos	574.739.472	589.172.648	19.683.969	22.334.565	83.745.669	102.644.604	2.957.518	4.811.047	165.600	165.600	681.292.228	719.128.464	(24.689.049)	(30.393.800)	656.603.179	688.734.664
Amortizações e depreciações	(89.689.640)	(94.585.570)	(915.029)	(1.090.195)	(3.775.159)	(3.182.260)	(56.882)	(87.511)	(23.209)	(22.395)	(94.459.919)	(98.967.931)	706.733	778.070	(93.753.186)	(98.189.861)
Resultado operacional do segmento	72.821.580	51.182.817	(3.314.014)	(2.105.503)	1.246.659	2.630.457	(789.724)	(1.004.415)	59.864	79.160	70.024.365	50.782.516	239.528	16.172	70.263.893	50.798.688
Juros líquidos	(9.377.058)	(8.595.439)	(181.954)	(80.156)	(659.127)	(456.536)	4.821.383	4.028.867	(44.796)	(38.309)	(5.441.552)	(5.141.573)	(465.315)	(1.039.134)	(5.906.867)	(6.180.707)
Outros resultados financeiros	(126.127)	(310.026)	(3.806)	(8.457)	(566.074)	126.168	1.960.580	(7.519.582)	(40)	(40)	1.264.533	(7.711.937)	(2.186.424)	7.404.100	(921.891)	(307.837)
Impostos sobre o rendimento	(4.184.993)	(12.239.570)	993.269	71.519	(1.162.825)	(934.560)	(2.012.720)	(1.515.354)	(6.109)	(8.866)	(6.373.378)	(14.626.831)	40.556	178.513	(6.332.822)	(14.448.318)
Resultado líquido consolidado do período	59.133.403	30.037.782	(2.506.505)	(2.122.597)	(1.141.367)	1.365.529	3.979.519	(6.010.484)	8.920	31.945	59.473.970	23.302.175	(2.371.657)	6.559.651	57.102.313	29.861.826
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	59.133.403	30.037.782	(2.506.505)	(2.122.597)	(1.117.019)	1.217.122	3.979.519	(6.010.484)	8.920	31.945	59.498.318	23.153.768	(2.406.973)	6.565.628	57.091.345	29.719.396
Interesses sem controlo	-	-	-	-	(24.347)	148.407	-	-	-	-	(24.347)	148.407	35.315	(5.977)	10.968	142.430
Activos:																
Activos fixos tangíveis e Goodwill	832.236.045	838.210.899	3.866.873	4.456.762	68.599.332	68.776.521	380.165	460.357	15.715	1.577.356	905.098.130	913.481.895	457.387.434	455.898.604	1.362.485.564	1.369.380.499
Existências	13.183.086	24.410.982	604.585	576.278	440.205	2.188.689	-	-	-	-	14.227.876	27.175.949	-	-	14.227.875	27.175.949
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	441.509	436.509	2.494	907.494	1.134.606.802	1.125.347.238	-	-	1.136.332.830	1.127.973.266	(1.136.120.506)	(1.126.765.946)	212.324	1.207.320
Outros Activos não correntes	107.419.022	115.793.062	3.570	116.707	1.468.773	888.157	498.857.752	445.984.743	1.547.298	-	609.296.415	562.782.669	(503.627.807)	(447.962.222)	105.668.608	114.820.447
Outros activos correntes do segmento	309.094.859	303.299.474	9.608.544	11.769.056	49.406.267	48.922.600	151.367.377	76.918.380	80.143	87.294	519.557.190	440.996.804	(92.359.334)	(115.473.748)	427.197.856	325.523.056
Total	1.263.215.037	1.282.996.442	14.525.081	17.355.312	119.917.071	121.683.461	1.785.212.096	1.648.710.718	1.643.156	1.664.650	3.184.512.441	3.072.410.583	(1.274.720.213)	(1.234.303.312)	1.909.792.227	1.838.107.271
Passivos:																
Passivos do segmento	732.589.841	788.579.453	20.632.596	14.975.378	67.236.101	69.191.771	515.667.278	456.107.310	1.478.804	1.484.568	1.337.604.620	1.330.338.480	(442.983.751)	(456.537.232)	894.620.868	873.801.248
Total	732.589.841	788.579.453	20.632.596	14.975.378	67.236.101	69.191.771	515.667.278	456.107.310	1.478.804	1.484.568	1.337.604.620	1.330.338.480	(442.983.751)	(456.537.232)	894.620.868	873.801.248
CAPEX	41.298.869	81.085.842	447.836	376.428	2.973.370	8.133.377	166.690.000	7.903.378	16.381	25.046	211.426.456	97.524.071	(145.545.375)	(10.001.313)	65.881.080	87.522.758

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10	Set-11	Set-10
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	430.159.200	440.819.317	163.492.450	180.682.972	(27.526.225)	(38.384.061)	566.125.425	583.118.228
Outros proveitos operacionais	24.168.246	24.256.918	671.363	880.912	(16.225.562)	(19.083.410)	8.614.047	6.054.420
Total de proveitos	454.327.446	465.076.235	164.163.813	181.563.884	(43.751.787)	(57.467.471)	574.739.472	589.172.648
Amortizações e depreciações	(67.507.767)	(69.271.199)	(21.998.295)	(25.194.551)	(183.578)	(119.820)	(89.689.640)	(94.585.570)
Resultado operacional do segmento	87.416.074	73.220.681	(14.421.420)	(21.973.048)	(173.074)	(64.816)	72.821.580	51.182.817
Activos:								
Activos fixos tangíveis e Goodwill	687.565.475	658.143.600	144.670.570	180.067.299	-	-	832.236.045	838.210.899
Existências	12.809.863	19.796.154	373.223	4.614.828	-	-	13.183.086	24.410.982
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
CAPEX	50.096.147	63.053.286	13.020.243	18.032.555	(21.817.521)	-	41.298.869	81.085.842

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros Sonaecom
2011					
Telecomunicações	-	-	16.130.188	2.562.925	165.600
Multimédia	981.539	-	121.840	128.945	-
Sistemas de Informação	1.045.835	44.635	-	264.752	-
Actividades de Holding	42.319	3.191	1.494	-	-
Outros Sonaecom	1.056	-	-	-	-
Outros	564.054.676	19.215.474	67.038.675	-	-
	566.125.425	19.263.300	83.292.197	2.956.622	165.600
2010					
Telecomunicações	-	44.999	21.186.562	4.549.752	165.600
Multimédia	1.019.480	-	149.703	107.068	-
Sistemas de Informação	749.672	61.219	-	144.058	-
Actividades de Holding	46.971	2.700	43.454	-	-
Outros Sonaecom	1.056	-	-	1.152	-
Outros	581.301.049	21.865.736	80.956.946	3.945	-
	583.118.228	21.974.654	102.336.665	4.805.975	165.600

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (57.091.345 Euros em 2011 e 29.719.396 Euros em 2010) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, deduzidas das acções próprias (357.150.209 em 2011 e 358.162.367 em 2010).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 Setembro 2011	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2007	2,447	10 Mar 2008	09 Mar 2011	-	-
Plano 2008	1,117	10 Mar 2009	09 Mar 2012	385	3.496.657
Plano 2009	1,685	10 Mar 2010	08 Mar 2013	395	2.506.075
Plano 2010	1,399	10 Mar 2011	10 Mar 2014	385	2.948.948
Acções Sonae SGPS					
Plano 2007	1,160	10 Mar 2008	09 Mar 2011	-	-
Plano 2008	0,526	10 Mar 2009	09 Mar 2012	4	405.776
Plano 2009	0,761	10 Mar 2010	08 Mar 2013	4	314.954
Plano 2010	0,811	10 Mar 2011	10 Mar 2014	8	379.903

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	1.176	7.576.178	12	877.623
Total	1.176	7.576.178	12	877.623
Movimentos no ano:				
Atribuídas	393	2.927.010	8	364.438
Vencidas	(376)	(1.750.550)	(4)	(186.234)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(28)	199.042	-	44.806
Saldo a 30 September 2011:				
Ainda diferidas	1.165	8.951.680	16	1.100.633
Total	1.165	8.951.680	16	1.100.633

(1) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de acções com desconto.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 6.188.208 Euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de Setembro de 2011, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	26.916.525
Custos reconhecidos no período	3.167.798
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(21.445.373)
Custos dos planos exercidos no período	(1.870.411)
Total de custos dos Planos	6.768.539
Registados em 'Outros passivos correntes'	56.211
Registados em 'Outros passivos não correntes'	524.120
Registado em Reservas	6.188.208

28. Outros Assuntos

Em 30 de Setembro de 2011, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de "Outros activos correntes" no valor de 411.649 Euros, e de "Outros passivos correntes" no valor de 6.817.553 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de Novembro de 2011

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cia.de Industrias e Negócios, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Cinclus Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Avenida M – 40 B.V.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.

Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.
Cooper Gay Swett & Crawford Lt
Craiova Mall BV
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
Darbo S.A.S
Deutsche Industrieholz GmbH
Discovery Sports, SA
Dortmund Tower GmbH
Dos Mares – Shopping Centre B.V.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
Ecociclo II
Edições Book.it, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.
Emfísico Boavista
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.
Equador & Mendes, Lda
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.
Fashion Division Canárias, SL
Fashion Division, S.A.
Fontana Corretora de Seguros Ltda
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Frieengineering International Ltda
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
GHP GmbH
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl

Glunz AG
Glunz Service GmbH
Glunz UK Holdings Ltd
Glunz Uka GmbH
GMET, ACE
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Harvey Dos Iberica, S.L.
Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Iberian Assets, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Imobiliária da Cacela, S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosonae II
Impaper Europe GmbH & Co. KG
Implantação – Imobiliária, S.A.
Infocfield – Informática, S.A.
Infratroia, EM
Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Inparvi SGPS, S.A.
Integrum - Energia, SA
Integrum Colombo Energia, S.A.
Integrum, SA
Interlog – SGPS, S.A.
Investalentejo, SGPS, S.A.
Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.
Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Isoroy SAS

La Farga – Shopping Center, SL
 Laminare Park GmbH Co. KG
 Larim Corretora de Resseguros Ltda
 Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.
 LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA
 Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl
 Libra Serviços, Lda.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.
 Loop5 Shopping Centre GmbH
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.
 Luz del Tajo B.V.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
 Marcas MC, ZRT
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária
 Marina de Tróia S.A.
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marit, Lda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
 MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda
 MDS Consultores, S.A.
 MDS Corretor de Seguros, S.A.
 MDS SGPS, SA
 MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA
 Megantic BV
 Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
 Modelo Continente Hipermercados, S.A.
 Modelo Continente Intenational Trade, SA
 Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
 Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.
Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.
 Munster Arkaden, BV

Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
 Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
 Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
 Nova Equador P.C.O. e Eventos
Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
 OSB Deustchland GmbH
 PantheonPlaza BV
Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
 Pareuro, BV
 Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
 Parque D. Pedro 1 B.V.
 Parque D. Pedro 2 B.V.
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
 Parque Principado SL
 Pátio Boavista Shopping Ltda
 Pátio Campinas Shopping Ltda
 Pátio Goiânia Shopping Ltda
 Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
 Pátio Penha Shopping Ltda.
 Pátio São Bernardo Shopping Ltda
 Pátio Sertório Shopping Ltda
 Pátio Uberlândia Shopping Ltda
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
 Plaza Éboli B.V.
Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
 Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
 Plaza Mayor Parque de Ócio BV
 Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
 Plaza Mayor Shopping BV
 Plaza Mayor Shopping, SA
 Ploi Mall BV
 Plysorol, BV
 Poliface North America
POLINSUR – Mediação de seguros, LDA
 PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Praedium – Serviços, S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.
 Praedium SGPS, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.

<p>Prédios Privados Imobiliária, S.A. Predisedas – Predial das Sedas, S.A. Pridelease Investments, Ltd Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A. Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Four, SA Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A. Puravida – Viagens e Turismo, S.A. Quorum Corretora de seguros LT Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. RASO - Viagens e Turismo, S.A. RASO, SGPS, S.A. Rio Sul – Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl</p>	<p>River Plaza, BV Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. SC – Consultadoria, S.A. SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Finance BV SC Mediterraneum Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SCS Beheer, BV Selfrio – Engenharia do Frio, S.A. Selfrio,SGPS, S.A. Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. SIAL Participações Ltda Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. Sierra Berlin Holding BV Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A. Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Romania, Srl Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A.</p>
---	---

Sierra Enplanta Ltda	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra GP Limited	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Investments, BV
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Romania, Srl	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management, SGPS, S.A.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontel BV
Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.	Sontur BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sonvecap BV
SKK SRL	Sopair, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SMP – Serv. de Manutenção Planeamento	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinaraq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Somit Imobiliária	Tafibra South Africa
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Center II S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS

<p>Tecmasa Recicladados de Andalucía, SL Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda Têxtil do Marco, S.A. Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Ocidente Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl</p>	<p>Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA.</p>
---	--

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

6.3. Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Em 30 Setembro de 2011 e 2010 e em 31 de Dezembro de 2010

	Notas	Setembro 2011	Setembro 2010	Dezembro 2010
Activo				
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	376.325	446.958	428.818
Activos intangíveis	1.b) e 3	3.840	13.399	8.476
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	1.100.697.029	934.826.790	996.797.029
Outros activos não correntes	1. c), 1.l), 1.m), 4 e 6	557.281.652	650.535.016	560.706.652
Total de activos não correntes		1.658.358.846	1.585.822.163	1.557.940.975
Activos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	14.851.907	12.430.261	9.668.483
Outros activos correntes	1.l) e 1.m)	1.984.115	5.713.296	1.638.580
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	100.237.085	1.713.344	75.631.256
Total de activos correntes		117.073.107	19.856.901	86.938.319
Total activo		1.775.431.953	1.605.679.064	1.644.879.294
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.o) e 11	(13.594.518)	(13.725.585)	(15.030.834)
Reservas	1.n)	904.008.211	788.216.313	788.244.305
Resultado líquido do período		598.457	8.863.716	135.403.787
Total do capital próprio		1.257.259.018	1.149.601.312	1.274.864.126
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	318.344.375	338.785.713	304.333.736
Provisões para outros riscos e encargos	1.j), 1.m) e 13	68.654	52.773	56.487
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m), 1.r) e 20	236.392	337.226	374.091
Impostos diferidos passivos	1.k), 1. m) e 7	-	1.386.612	-
Total de passivos não correntes		318.649.421	340.562.324	304.764.314
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.g) 4, e 12.b)	193.588.701	113.355.170	53.472.759
Outras dívidas a terceiros	4 e 14	5.086.758	692.058	10.367.886
Outros passivos correntes	1.l), 1.m), 1.r) e 20	848.055	1.468.200	1.410.209
Total de passivos correntes		199.523.514	115.515.428	65.250.854
Total do passivo e capital próprio		1.775.431.953	1.605.679.064	1.644.879.294

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	Notas	Setembro 2011 (não auditado)	Julho a Setembro 2011 (não auditado)	Setembro 2010 (não auditado)	Julho a Setembro 2010 (não auditado)	Dezembro 2010
Prestações de serviços	17	2.956.622	963.963	4.824.236	1.579.544	6.278.651
Outros proveitos operacionais	1.f)	896	(87.253)	5.072	20	14.584
		2.957.518	876.710	4.829.308	1.579.564	6.293.235
Fornecimentos e serviços externos	15	(1.555.720)	(422.782)	(2.267.238)	(714.515)	(2.781.738)
Custos com o pessoal	1.r)	(1.975.551)	(608.855)	(3.274.381)	(1.076.578)	(4.358.462)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(56.882)	(18.622)	(87.511)	(28.697)	(111.539)
Outros custos operacionais		(77.087)	(39.531)	(126.752)	(35.457)	(137.269)
		(3.665.240)	(1.089.790)	(5.755.882)	(1.855.247)	(7.389.008)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	16	(3.236.000)	0	2.566.323	(3.800.000)	129.026.996
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.q), 12 e 16	(7.979.214)	(2.928.544)	(5.801.471)	(2.106.599)	(7.949.668)
Outros proveitos financeiros	1.c), 12 e 16	14.537.015	4.210.739	14.551.219	9.653.016	16.671.281
Resultados correntes		2.614.079	1.069.115	10.389.497	3.470.734	136.652.836
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7	(2.015.622)	(145.864)	(1.525.781)	(1.364.617)	(1.249.049)
Resultado líquido do período		598.457	923.251	8.863.716	2.106.117	135.403.787
Resultados por acção	19					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,00	0,00	0,02	(0,00)	0,38
Diluídos		0,00	0,00	0,02	(0,00)	0,38
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,00	0,00	0,02	(0,00)	0,38
Diluídos		0,00	0,00	0,02	(0,00)	0,38

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	Notas	Setembro 2011	Setembro 2010
Resultado líquido do período		598.457	8.863.716
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-
Rendimento integral do período		598.457	8.863.716

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 20)	Reservas de acções próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2011										
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	551.381	15.030.834	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010										
Transferencia para reserva legal e outras reservas	-	-	-	6.770.189	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	(17.859.403)
Rendimento integral do período findo em 30 de Setembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	598.457	598.457
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.659.603	-	-	(186.538)	(3.659.603)	1.775.360	(2.070.781)	-	1.588.822
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	290.303	-	-	290.303	-	290.303
Aquisição de acções próprias	-	(2.223.287)	-	-	-	2.223.287	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
Saldo em 30 de Setembro de 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	655.146	13.594.518	106.476.978	904.008.211	598.457	1.257.259.018

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

			Reservas						Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 20)	Reservas de acções próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2010										
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	5.292.287	795.738.278	(6.056.465)	1.143.119.666
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	(764.178)	-	-	(5.292.287)	(6.056.465)	6.056.465	-
Rendimento integral do período findo em 30 de Setembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	8.863.716	8.863.716
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	2.581.036	-	-	(69.962)	(2.581.036)	1.012.560	(1.638.438)	-	942.598
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	172.938	-	-	172.938	-	172.938
Aquisição de acções próprias	-	(3.497.606)	-	-	-	3.497.606	(3.497.606)	-	-	(3.497.606)
Saldo em 30 de Setembro de 2010	366.246.868	(13.725.585)	775.290.377	1.221.003	464.394	13.725.585	(2.485.046)	788.216.313	8.863.716	1.149.601.312

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	Setembro 2011		Setembro 2010	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(2.396.352)		(3.299.934)	
Fluxo gerado pelas operações	(2.396.352)		(3.299.934)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	926.884		(1.464.467)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a actividades operacionais	3.579.984		5.023.459	
Fluxo das actividades operacionais (1)	2.110.516	2.110.516	259.058	259.058
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	17.840.000		15.788.458	
Activos fixos tangíveis	800		-	
Juros e proveitos similares	8.946.767		10.357.153	
Empréstimos concedidos	170.611.000		-	
Dividendos recebidos	-	197.398.567	10.500.000	36.645.611
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(175.550.291)		(16.490.000)	
Activos fixos tangíveis	(1.968)		-	
Activos intangíveis	-		(1.521)	
Empréstimos concedidos	(125.472.000)	(301.024.258)	(31.570.000)	(48.061.521)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(103.625.691)		(11.415.910)
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	174.344.000	174.344.000	85.727.000	85.727.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(8.578.611)		(5.048.948)	
Aquisição de acções próprias	(2.223.287)		(3.497.605)	
Empréstimos obtidos	(19.900.000)		(67.500.000)	
Dividendos pagos	(17.859.403)	(48.561.301)	-	(76.046.553)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		125.782.699		9.680.447
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		24.267.524		(1.475.405)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		75.631.256		3.189.749
Caixa e seus equivalentes no final do período		99.898.780		1.713.344

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	2011	2010
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais		
a) Outras actividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	17.840.000	-
Reembolso de Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	-	15.788.458
	17.840.000	15.788.458
b) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	12.990.000	-
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	8.860.291	-
Pagamento da Aquisição do Público - Comunicação Social, S.A.	20.000.000	-
Pagamento da Aquisição da Optimus - Comunicações S.A.	133.700.000	-
Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	-	15.000.000
Aumento capital social na Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	-	1.490.000
	175.550.291	16.490.000
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	10.063	10.034
Depósitos à ordem	57.022	263.310
Aplicações de Tesouraria	100.170.000	1.440.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(338.305)	-
Caixa e seus equivalentes	99.898.780	1.713.344
Depósitos à ordem (saldos credores)	338.305	-
Disponibilidades constantes do balanço	100.237.085	1.713.344
3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	103.050.000	123.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

6.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia e tendo em consideração a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adopção

pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo Internacional Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 30 de Setembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.	
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10 *
Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10 *
Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias das normas internacionais de relato financeiro - Ciclo 2008/2010	18-Fev-11*

Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no período findo em 30 de Setembro de 2011, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 12 - Emendas (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	

IFRS 1 - Emendas (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-Jul-11
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na excepção para desreconhecimento e na excepção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Emendas (emitidas em 7 de Outubro de 2010)	1-Jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.	

IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)	1-Jan-13
Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, ela introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	

IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-Jan-13
---	----------

A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o factor determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-Jan-13
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-Jan-13
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	1-Jan-13
IAS 1 Emendas (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) Os itens de outros resultados integrais que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	1-Jul-12
IAS 19 - Emendas (Benefícios dos Empregados) Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	1-Jan-13
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos em IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-Jan-13
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objectivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-Jan-13

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 30 de Setembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-10

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Activos intangíveis


Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do



grupo”, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica “Outros activos não correntes” são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidas às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Outros custos financeiros” da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: ‘activos financeiros detidos para negociação’ e ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) ‘Empréstimos e contas a receber’

‘Empréstimos e contas a receber’ são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica ‘Outras dívidas de terceiros’.

(iii) ‘Investimentos detidos até ao vencimento’

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) ‘Investimentos disponíveis para venda’

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os ‘Investimentos disponíveis para venda’ e os ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ e os ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.


O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.



Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 30 de Setembro de 2011, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas

outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de

esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em acções', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 30 de Setembro de 2011, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 107 milhões de euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2011		2010	
	30 Setembro	Média	30 Setembro	Média
Libra inglesa	1,1539	1,1478	1,1629	1,1677
Dólar americano	0,7208	0,7389	-	-
Franco Suíço	0,8217	0,8123	-	-
Coroa Sueca	0,1080	0,1111	0,7327	0,7625

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Activos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Acções'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Setembro de 2011, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

A 30 de Setembro de 2011, todos os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe estavam cobertos, por contratos celebrados com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos

subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com

este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.


O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.



A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro

necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2011
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Alienações	-	-	-	-	(515)	(515)
Saldo final em 30 Setembro 2011	721.165	46.325	171	332.060	104	1.099.825
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Amortizações do período	31.083	5.472	-	15.638	54	52.246
Alienações	-	-	-	-	(268)	(268)
Saldo final em 30 Setembro 2011	434.375	31.363	170	257.489	104	723.500
Valor líquido	286.790	14.962	1	74.571	-	376.325

						2010
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Adições	-	-	-	309	-	309
Saldo final em 30 Setembro 2010	721.165	46.325	171	332.059	619	1.100.339
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Amortizações do período	45.069	6.090	-	18.982	97	70.238
Saldo final em 30 Setembro 2010	392.931	24.067	170	235.927	286	653.381
Valor líquido	328.234	22.258	1	96.132	333	446.958

3. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2011
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Transferências e abates	-	376	(376)	-
Saldo final em 30 Setembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Amortizações do período	779	3.857	-	4.636
Saldo final em 30 Setembro 2011	8.060	181.442	-	189.502
Valor líquido	1.659	2.181	-	3.840

				2010
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.650	182.283	376	189.309
Adições	3.069	-	-	3.069
Saldo final em 30 Setembro 2010	9.719	182.283	376	192.378
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.259	155.447	-	161.706
Amortizações do período	723	16.550	-	17.273
Saldo final em 30 Setembro 2010	6.982	171.997	-	178.979
Valor líquido	2.737	10.286	376	13.399

4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de Setembro de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	557.281.652	-	-	557.281.652	-	557.281.652
	557.281.652	-	-	557.281.652	-	557.281.652
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	11.957.805	-	-	11.957.805	2.894.102	14.851.907
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	100.237.085	-	-	100.237.085	-	100.237.085
	112.194.890	-	-	112.194.890	2.894.102	115.088.992

						2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	650.535.016	-	-	650.535.016	-	650.535.016
	650.535.016	-	-	650.535.016	-	650.535.016
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	10.133.442	-	-	10.133.442	2.296.819	12.430.261
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	1.713.344	-	-	1.713.344	-	1.713.344
	11.846.786	-	-	11.846.786	2.296.819	14.143.605

						2011
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	318.344.375	-	318.344.375	-	318.344.375
	-	318.344.375	-	318.344.375	-	318.344.375
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	193.588.701	-	193.588.701	-	193.588.701
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	-	1.766.381	1.766.381	3.320.377	5.086.758
	-	193.588.701	1.766.381	195.355.082	3.320.377	198.675.459

						2010
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	338.785.713	-	338.785.713	-	338.785.713
	-	338.785.713	-	338.785.713	-	338.785.713
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	113.355.170	-	113.355.170	-	113.355.170
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	-	450.769	450.769	241.289	692.058
	-	113.355.170	450.769	113.805.939	241.289	114.047.228

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2011	2010
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	898.576.231	764.876.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	44.209.902
Sonae com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	20.000
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	8.230.885	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	6.120.239	-
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	1.000.000	-
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	50.000	-
	1.178.106.931	981.436.692
Perdas de imparidade (Nota 13)	(77.409.902)	(46.609.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	1.100.697.029	934.826.790

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 Setembro 2011
Optimus	764.876.231	133.700.000	-	-	898.576.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
Público	-	1.000.000	-	-	1.000.000
	1.043.406.931	134.700.000	-	-	1.178.106.931
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	(916.000)	-	(29.884.000)	(77.409.902)
	996.797.029	134.700.000	-	-	1.100.697.029

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2009	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30 Setembro 2010
Optimus	764.876.231	-	-	-	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	1.490.000	-	-	107.289.987
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Be Artis	50.000	-	-	8.180.885	8.230.885
Sonaecom BV	20.000	-	-	-	20.000
	971.765.807	1.490.000	-	8.180.885	981.436.692
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	-	-	-	(46.609.902)
	925.155.905	1.490.000	-	8.180.885	934.826.790

O valor de 133.700.000 Euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 10,60% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV, passando a empresa a deter 64,14% da Optimus.

O montante de 1.000.000 Euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado no montante de 916.000 Euros e da transferência no montante de 29.884.000 Euros da rubrica de Outros activos não correntes (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.909.792.227 Euros, um passivo consolidado de 894.620.868 Euros, proveitos operacionais consolidados de 656.603.179 Euros e capitais próprios consolidados de 1.015.171.359 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 30 de Setembro de 2011 de 57.091.345 Euros.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2011			2010		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	64,14%	492.075.699	42.873.827	53,54%	512.287.916	(1.834.588)
Sonae Telecom	Maia	100%	165.243.328	(8.706)	100%	165.241.715	(48.482)
Sonae com SI	Maia	100%	39.943.570	392.987	100%	37.073.198	443.142
Miauger	Maia	100%	488.572	(771.465)	100%	1.268.354	(1.052.487)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.624.101	1.379.660	100%	604.053	(5.726.270)
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.590.356	1.094.108	100%	(20.685.684)	(4.229.024)
Be Artis	Maia	100%	153.937.311	(13.324.338)	100%	101.967.911	(6.757.054)
PCJ (a)	Maia	100%	13.482.002	442.002	-	-	-
Público (b)	Maia	100%	(936.173)	(2.717.677)	-	-	-
Sontária (c)	Maia	100%	935.018	301.215	-	-	-

(a) Empresa constituída em Dezembro 2010.

(b) Empresa adquirida em Janeiro de 2011.

(c) Empresa adquirida em Dezembro 2010.

Em 30 de Setembro de 2011, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, S.A., a participação adicional na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86%, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

6. Outros activos não correntes

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Activos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	296.192.000	295.485.000
Sonaecom BV	19.668.000	209.008.000
Sonae com SI	17.300.000	18.710.000
PCJ	5.000.000	-
Sontária	2.676.637	-
Sonaetelecom BV	900.000	21.741.000
Lugares Virtuais	700.000	1.530.000
Wedo Consulting	-	1.490.000
	342.436.637	547.964.000
Prestações acessórias:		
Be Artis	165.889.115	107.459.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-
PCJ	12.990.000	-
Público	1.160.000	-
Miauger	800.000	800.000
Sonaetelecom BV	-	26.500.000
	219.469.115	134.759.115
	561.905.752	682.723.115
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(4.624.100)	(32.188.099)
	557.281.652	650.535.016

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	175.720.000	120.472.000	-	-	296.192.000
Sonaecom BV	168.158.000	-	(148.490.000)	-	19.668.000
Sonae com SI	21.190.000	-	(3.890.000)	-	17.300.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	-	(17.241.000)	-	900.000
Sontária	2.676.637	-	-	-	2.676.637
Lugares Virtuais	1.170.000	-	(470.000)	-	700.000
Wedo Consulting	520.000	-	(520.000)	-	-
PCJ	-	5.000.000	-	-	5.000.000
	387.575.637	125.472.000	(170.611.000)	-	342.436.637

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	271.915.000	152.160.000	(128.590.000)	-	295.485.000
Sonaecom BV	199.088.000	23.640.000	(13.720.000)	-	209.008.000
Sonaetelecom BV	28.521.000	8.420.000	(15.200.000)	-	21.741.000
Wedo Consulting	8.490.000	-	(7.000.000)	-	1.490.000
Sonae com SI	7.350.000	11.410.000	(50.000)	-	18.710.000
Lugares Virtuais	1.030.000	600.000	(100.000)	-	1.530.000
	516.394.000	196.230.000	(164.660.000)	-	547.964.000

Durante os períodos findos em Setembro 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	165.889.115	-	-	-	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-	-	-	38.630.000
Miauger	800.000	-	-	-	800.000
PCJ	-	12.990.000	-	-	12.990.000
Público	-	19.000.000	(17.840.000)	-	1.160.000
	205.319.115	31.990.000	(17.840.000)	-	219.469.115

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	115.640.000	-	-	(8.180.885)	107.459.115
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	(15.788.458)	-	-
Sonaetelecom BV	11.500.000	15.000.000	-	-	26.500.000
Miauger	800.000	-	-	-	800.000
	143.728.458	15.000.000	(15.788.458)	(8.180.885)	134.759.115

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,09% e 3,47%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 29.884.000 Euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), compensado parcialmente pelo reforço efectuado durante o período no montante de 2.320.000 Euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5). Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no período findo em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	-	10.480
Efeito em resultados		
Resultados Fiscais	-	1.955.793
Benefícios Fiscais (Sífide)	-	(569.181)
Ajustamentos IAS	-	(10.480)
Saldo final	-	1.386.612

Em 30 de Setembro de 2011, os valores de impostos diferidos não registados por actualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	20.982.265	(149.858)	20.832.407	5.205.854
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	3.612.563	3.612.563	957.329
	75.545.869	83.627.143	159.173.012	41.047.660

Em 30 de Setembro de 2011, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos activos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes activos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no período findo em 30 de Setembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	2.614.079	10.389.497
Imposto 25%	(653.520)	(2.597.374)
Correcção do imposto do exercício anterior	(334.971)	-
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 13)	(912.402)	(1.983.420)
Tributação autónoma, Derrama e Outros	(114.729)	(149.649)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	-	2.635.481
Benefícios Fiscais (Sífide)	-	569.181
Impostos registados no período	(2.015.622)	(1.525.781)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos no período findo em 30 de Setembro de 2010 (Nota 16), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2011.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Outros devedores	11.959.735	10.135.372
Estado e outros entes públicos	2.894.102	2.296.819
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(1.930)	(1.930)
	14.851.907	12.430.261

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 16).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2011	2010
Numerário	10.063	10.034
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	57.022	263.310
Aplicações de tesouraria	100.170.000	1.440.000
Caixa e equivalentes de caixa	100.237.085	1.713.344
Descobertos bancários (Nota 12)	(338.305)	-
	99.898.780	1.713.344

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2011	2010
Aplicações bancárias	90.000.000	-
Wedo	5.900.000	1.440.000
Be Towering	2.525.000	-
Público	1.290.000	-
PCJ	230.000	-
Lugares Virtuais	225.000	-
	100.170.000	1.440.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, venceram juros a uma taxa média de 4,13% (1,26% em 2010).

10. Capital social

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	73.004.403	19,93%	70.109.264	19,14%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Acções próprias	9.045.200	2,47%	8.264.325	2,26%
Santander Asset Management	3.732.774	1,02%	7.408.788	2,02%
Sonae SGPS	650.000	0,18%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	10.500.000	2,87%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, a Sonaecom entregou a colaboradores do Grupo um total de 1.764.157 acções próprias, no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo do Grupo.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, a Empresa adquiriu 1.553.000 novas acções (a um preço médio de 1,432 Euros), detendo no final do período 9.045.200 acções próprias, representativas de 2,47% do seu capital social, a um preço médio de 1,503 Euros.

12. Empréstimos

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2011	2010
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	Mar-15	Final	100.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(3.089.220)	(2.057.599)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.433.595	968.685
				318.344.375	218.911.086
Papel comercial	150.000.000	Jul-12	-	-	119.500.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	374.627
				-	119.874.627
				318.344.375	338.785.713

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2011	2010
Papel comercial	150.000.000	Jul-12	-	120.950.000	-
Papel comercial	40.000.000	Mai-11	-	-	10.000.000
Papel comercial	30.000.000	Abr-12	-	-	6.500.000
Papel comercial	15.000.000	Jun-12	-	-	5.000.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	406.865	86.503
				121.356.865	21.586.503
Aplicações de tesouraria	-	-	-	71.893.532	91.768.667
Descobertos Bancários	2.500.000	-	-	338.305	-
				193.588.701	113.355.170

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em Setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de Euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,74% (1,99% em 2010).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros	Novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2011	2010
Optimus	64.030.888	76.383.925
Digitmarket	2.676.107	3.563.634
Sonaetelecom BV	2.510.172	-
Mainroad	1.748.646	1.893.113
Miauger	496.615	1.374.643
Sontária	351.840	-
Be Towering	33.226	5.320.187
Saphety	20.860	310.826
Sonae com SI	10.590	351
Be Artis	8.074	-
Público	6.059	2.781.467
Lugares Virtuais	358	120.125
Sonae Telecom	68	20.098
Wedo Consulting	30	298
	71.893.532	91.768.667

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 1,09% e 0,43%, respectivamente.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2011					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	180,000,000	-	140,000,000	-
Juros	11,546,600	9,708,677	6,479,600	3,083,429	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11,546,600	189,708,677	6,479,600	143,083,429	-
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	180,000,000	-	40,000,000
Juros	4,996,900	5,010,590	3,910,773	1,254,400	707,963
Papel comercial					
Amortização	-	119,500,000	-	-	-
Juros	1,489,045	1,247,679	-	-	-
	6,485,945	125,758,269	183,910,773	1,254,400	40,707,963

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que tal passivo encontra-se registado no médio e longo prazo.

À data de 30 de Setembro de 2011 e 2010, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2011					
Papel comercial	150.000.000	120.950.000	29.050.000	x	
Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	544.000.000	440.950.000	103.050.000		
2010					
Papel Comercial	150.000.000	119.500.000	30.500.000		x
Papel Comercial	40.000.000	10.000.000	30.000.000	x	
Papel Comercial	30.000.000	6.500.000	23.500.000	x	
Papel Comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	484.000.000	361.000.000	123.000.000		

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Redução	Saldo Final
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	916.000	29.884.000	-	77.409.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 16)	32.188.099	2.320.000	(29.884.000)	-	4.624.099
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	-	-	68.654
	78.856.418	3.248.167	-	-	82.104.585
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 16)	24.254.422	7.933.677	-	-	32.188.099
Provisões para outros riscos e encargos	41.634	11.139	-	-	52.773
	70.907.888	7.944.816	-	-	78.852.704

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e

em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica “Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo” (Nota 16).

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, o reforço das ‘Provisões para outros riscos e encargos’, foi registado, na demonstração de resultados, em ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’.

14. Outras dívidas a terceiros

Em 30 Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Estado e outros entes públicos	3.320.377	241.289
Outros credores	1.766.381	450.769
	5.086.758	692.058

15. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Trabalhos especializados	1.313.212	1.460.923
Rendas e alugueres	76.570	283.392
Deslocações e estadas	53.374	109.315
Honorários	22.664	192.293
Outros fornecimentos e serviços externos	89.900	221.315
	1.555.720	2.267.238

16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(3.236.000)	(7.933.677)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	-	10.500.000
	(3.236.000)	2.566.323
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(2.577.749)	(2.120.195)
Outros empréstimos	(5.177.460)	(3.538.417)
Descobertos bancários e outros	(99)	(29.076)
	(7.755.308)	(5.687.688)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(503)	(3.253)
Outros custos financeiros	(223.403)	(110.530)
	(223.906)	(113.783)
	(7.979.214)	(5.801.471)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	14.537.015	14.551.219
	14.537.015	14.551.219

Em 30 de Setembro de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Sonae Telecom.

17. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 30 de Setembro de 2011
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/
Optimus	315.418	(342.671)	-	262.824	(64.030.888)
Be Artis	3.481.283	(1.709.735)	-	1.059.055	296.183.926
Sonaecom BV	7.489.989	-	-	88.178	19.668.000
Sonaetelecom BV	54.908	-	-	13.899	(1.610.172)
Be Towering	9.028	-	2.525.000	(1.176)	(33.226)
Lugares Virtuais	13.147	(119.111)	225.000	4.732	699.642
Público	58.962	(375)	1.290.000	16.920	(6.059)
Digitmarket	6.942	(1.505)	-	(838)	(2.676.107)
Wedo	15.746	862.634	5.900.000	135.288	(30)
Sonaecom SI	191.855	(3.206)	-	62.609	17.289.410
PCJ	55.338	-	230.000	54.015	5.000.000
Sontária	24.736	(525)	-	87.652	2.324.797
Mainroad	10.233	37.025	-	(1.111)	(1.748.646)
Outros	41.125	(462.648)	-	(13.091)	(517.543)
	11.768.710	(1.740.117)	10.170.000	1.768.956	270.543.104

					Saldos a 30 de Setembro de 2010
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	565.812	(178.440)	-	3.774.752	(76.383.925)
Be Artis	4.493.909	-	-	986.469	295.485.000
Sonaecom BV	3.730.603	-	-	645.527	209.008.000
Sonaetelecom BV	377.871	-	-	65.567	21.741.000
Be Towering	11.021	-	-	5.614	(5.320.187)
Lugares Virtuais	23.325	-	-	(153.348)	1.409.875
Público	13.823	-	-	57.854	(2.781.467)
Digitmarket	1.709	(1.879)	-	(771)	(3.563.634)
Wedo	93.980	-	1.440.000	570.703	1.489.702
Sonae com SI	181.641	(5.442)	-	59.222	18.709.649
Outros	23.558	(119.699)	-	159.929	(3.598.681)
	9.517.252	(305.460)	1.440.000	6.171.518	456.195.332

				Transacções a 30 de Setembro de 2011
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	2.562.925	880.100	(163.315)	-
Be Artis	-	(3.899)	9.839.235	(41)
Be Towering	-	(47.368)	(39.216)	-
Wedo	116.035	-	141.486	-
Sonaecom BV	-	-	2.974.860	-
Sonae SGPS	-	50.000	(11.039)	-
Sonae com SI	-	(40.188)	548.989	-
Outros	277.662	131.550	462.888	-
	2.956.622	970.195	13.753.888	(41)

				Transacções a 30 de Setembro de 2010
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	4.288.125	880.365	(161.603)	-
Be Artis	213.242	(54.804)	7.496.033	(42)
Be Towering	48.384	(44.959)	(9.292)	-
Wedo	117.663	(23)	242.500	-
Sonaecom BV	-	-	5.646.573	-
Sonae SGPS	-	-	368.940	-
Outros	152.877	288.891	961.485	-
	4.820.291	1.069.470	14.544.636	(42)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

18. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Setembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2011	2010
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	7.360.875	7.360.875
Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a esta garantia, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 30 de Setembro de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração da Empresa que do desfecho dos processos e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

19. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (598.457 Euros em 2011 e 8.863.716 Euros em 2010) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 deduzidas das acções próprias (357.150.209 em 2011 e 358.162.367 em 2010).

20. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30 Setembro 2011	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2007	2,447	10 Mar 08	09 Mar 11	-	-
Plano 2008	1,117	10 Mar 09	09 Mar 12	4	325.098
Plano 2009	1,685	10 Mar 10	08 Mar 13	4	232.349
Plano 2010	1,399	10 Mar 11	10 Mar 14	3	241.773
Acções Sonae SGPS					
Plano 2007	1,16	10 Mar 08	09 Mar 11	-	-
Plano 2008	0,526	10 Mar 09	09 Mar 12	4	405.776
Plano 2009	0,761	10 Mar 10	08 Mar 13	4	314.954
Plano 2010	0,811	10 Mar 11	10 Mar 14	3	260.365

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS.

Durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	55	867.246	9	772.873
Total	55	867.246	9	772.873
Movimentos no ano:				
Atribuídas	2	186.819	2	214.846
Vencidas	(10)	(154.625)	(3)	(164.685)
Canceladas / extintas / corrigidas*	(36)	(100.220)	3	158.061
Saldo a 30 de Setembro 2011:				
Ainda diferidas	11	799.220	11	981.095
Total	11	799.220	11	981.095

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de acções com desconto.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 655.146 Euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de Setembro de 2011, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	4.670.298
Custos reconhecidos no período	473.154
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(3.584.469)
Custos de planos exercidos no período	(478.175)
	1.080.808
Registados em Outros passivos correntes	189.270
Registados em Outros passivos não correntes	236.392
Registados em Reservas	655.146

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de Novembro de 2011.

Anexo

A 30 de Setembro de 2011, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro Mendes de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Concepção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Limited	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Lugares Virtuais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
M3G – Edições Digitais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies Chile SpA.
Sonaecom BV	We Do Technologies Panamá S.A.
	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cia.de Industrias e Negócios, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Cinclus Imobiliária, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Avenida M – 40 B.V.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.	Glunz AG
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Glunz Service GmbH
Continente Hipermercados, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	Glunz Uka GmbH
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	GMET, ACE
Craiova Mall BV	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Darbo S.A.S	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Deutsche Industrieholz GmbH	Iberian Assets, S.A.
Discovery Sports, SA	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo II	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Implamac Gestão de Imóveis, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosonae II
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fashion Division, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fontana Corretora de Seguros Ltda	Infofield – Informática, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, S.A.
Frieengineering International Ltda	Integrum – Energia, SA
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum, SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Investalentejo, SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.
GHP GmbH	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

La Farga – Shopping Center, SL	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
LCC Leiria Shopping Centro Comercial SA	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	OSB Deustchland GmbH
Libra Serviços, Lda.	Pantheon Plaza BV
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Paracentro – Gest. de Galerias Com., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Pareuro, BV
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque Principado SL
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Marinamagic – Expl. Cent. Lúdicos Marít, Lda	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marmagno – Expl. Hoteleira Imob., S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
Marvero – Expl. Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Peixes do Continente – Ind. Dist. Peixes, S.A.
MDS Consultores, S.A.	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS SGPS, SA	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli B.V.
Megantic BV	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping BV
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo – Dist. de Mat. de Construção, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Plysorol, BV
Modelo Continente Intenational Trade, SA	Poliface North America
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	POLINSUR – Mediação de seguros, LDA
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Movelpartes – Comp. para Ind. Mobiliária, S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.	Praedium SGPS, S.A.
Munster Arkaden, BV	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Prédios Privados Imobiliária, S.A.	River Plaza, BV
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Rochester Real Estate, Limited
Pridelease Investments, Ltd	RSI Corretora de Seguros Ltda
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	S.C. Microcom Doi Srl
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	SC – Consultadoria, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Aegean B.V.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC Assets SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Finance BV
Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.	SC Mediterraneo Cosmos B.V.
Project 4, Srl	SC, SGPS, SA
Project SC 1 BV	SCS Beheer, BV
Project SC 2 BV	Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Selfrio,SGPS, S.A.
Project Sierra 6 BV	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 8 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 9 BV	SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Four, SA	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 2 B.V.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments Germany GmbH
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Developments Romania, Srl
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
River Plaza Mall, Srl	Sierra Developments, SGPS, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Sierra Enplanta Ltda	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra GP Limited	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Investments, BV
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Romania, Srl	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management, SGPS, S.A.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontel BV
Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.	Sontur BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sonvecap BV
SKK SRL	Sopair, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SMP – Serv. de Manutenção Planeamento	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Somit Imobiliária	Tafibra South Africa
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Center II S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS



Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL	Valor N, S.A.
Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
Têxtil do Marco, S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltd ^a	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tool GmbH	Vistas do Freixo, SA
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	Weierstadt Shopping BV
TP – Sociedade Térmica, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Troia Market, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Tróia Natura, S.A.	Worten Canárias, SL
Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.	Worten España, S.A.
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Unishopping Administradora Ltda.	Zippy Turquia
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA.
Valecenter Srl	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores:

Isabel Borgas
Responsável de Comunicação Institucional
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal